

O Videocassete na biblioteca pública:

Perspectivas para a leitura crítica da televisão, análise da
experiência da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa

Maria Beatriz de Almeida Sathler

Dissertação apresentada ao curso de
Pós-Graduação em Biblioteconomia
da Universidade Federal de Minas
Gerais como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre em
Biblioteconomia.

Orientador(a): Prof. Odília Clark Peres
Rabello

Belo Horizonte

1989

"Ainda não foi descoberto o cin
zel capaz de destruir um sonho".

(Autor desconhecido)

RESUMO

O estudo da Rede de Bibliotecas da Amazônia (Rebam) foi possibilitado pelo uso da análise institucional na sua vertente de método de análise documental (que possibilita visualizar as contradições sociais que povoam os processos organizacionais), aliado ao método estruturalista (que vê as instituições como um todo orgânico e interrelacionado e não como partes estanques). A Rebam foi instalada na Amazônia Legal, em 1973, para dar suporte ao Sistema Nacional de Informações Científicas e Tecnológicas (Snict). Tinha por objetivo a coleta, reunião e disseminação da documentação gerada na Região e sobre esta. Essa Rede estava constituída por 12 (doze) instituições que atuavam na Amazônia e era gerenciada pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), como órgão de Coordenação Geral e Operações. Entretanto, a Rebam não sobreviveu por muito tempo, nem se constituiu de fato em uma rede autônoma, principalmente, em função de: falta de preparo e de maturidade do pessoal técnico; divergências institucionais e pessoais; ausência de comprometimento real das instituições integrantes, e predomínio institucional da Sudam.

ABSTRACT

The study of the Amazônia Library Network (Rebam) has been fulfilled through the institutional analysis, as a method of documental analysis (which provides condition to visualize the social contradictions in the organizational process), in conjunction with the structuralism (a method which studies the interrelations of the organizational parts of a network). Rebam was founded in 1973 in the "Amazônia Legal" in order to give support to the Brazilian National System of Scientific and Technological Information (Snict). Its purpose was the storage and dissemination of information produced about Amazônia and by amazonian organizations. The network was constituted by 12 institutions, under the coordination of the Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). However, Rebam did not survive for a long time and the main reasons were: the lack of maturity and technical preparation of its librarians; institutional and personal disagreement on both technical and political matters; lack of financial commitment from member organizations; and institutional preponderance of Sudam over the network.

SUMÁRIO

1. ERA UMA VEZ ...
O problema de uma rede de bibliotecas na Amazônia-, que foi estudado mediante o uso de métodos estruturais e dialéticos, baseados em dados coletados através da análise documental e de depoimentos. 1

2. CORRENTES DE ELOS FRÁGEIS
O início das redes de bibliotecas nos Estados Unidos, o sistema Nacional de Informação Científica e Tecnológica e os atuais sistemas de informação brasileiros.. 9

3. UMA TERRA QUE TINHA DONO
A Amazônia é vista através de uma breve retrospectiva histórica buscando demonstrar sua situação sócio-econômica, seu potencial e suas características. 25

4. "SE TRÁGICO É O PODER - O NfLO PODER SEMPRE FOI TRISTE"
A pesquisa e as instituições de pesquisa

na Amazônia 40

5. E O SONHO SE TORNA REALIDADE

A Rede de Bibliotecas da Amazônia (Rebam):
nascimento, vida e desaparecimento. **54**

6. EA ESTÓRIA CONTINUA?

Sobre as cinzas da Rebam nasce o Sistema
de Informação Científica e Tecnológica pa_
ra a Amazônia (InformAM). 107

LISTA DE SIGLAS

Agris	Sistema Internacional de Informações Agrícolas
Basa	Banco da Amazônia S/A
Bireme	Biblioteca Regional de Medicina
CCN	- Catálogo Coletivo Nacional
CCT	- Comissão de Coordenação Técnica
Cenagri	- Centro Nacional de Agricultura
Ciam	- Centro de Informações Amazônicas
Cit	- Centro de Informações Tecnológicas

Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

Finep - Financiadora de Estudos e Projetos

Fuam - Fundação Universidade do Amazonas

Fum - Fundação Universidade do Maranhão

Fumt - Fundação Universidade do Mato Grosso

Gebam - Grupo Executivo do Baixo Amazonas

Getat - Grupo Executivo de Terras do Araguaia Tocantins

Iam - Instituto Agrônômico do Norte

IBBD - Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação

Ibict - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e
Tecnologia

Idesp - Instituto do Desenvolvimento Econômico-Social do
Pará

Incra - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

InformAM- Sistema de Informação Científica e Tecnológica para
a Amazônia

Inpa - Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia

INPI - Instituto Nacional da Propriedade Industrial

INT - Instituto Nacional de Tecnologia

Ipean - Instituto de Pesquisas Agropecuárias do Norte

Ipeaoc - Instituto de Pesquisas Agropecuárias da Amazônia
Occidental

Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

Finep - Financiadora de Estudos e Projetos

Fuam - Fundação Universidade do Amazonas

Fum - Fundação Universidade do Maranhão

Fumt - Fundação Universidade do Mato Grosso

Gebam - Grupo Executivo do Baixo Amazonas

Getat - Grupo Executivo de Terras do Araguaia Tocantins

Iam - Instituto Agrônomo do Norte

IBBD - Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação

Ibict - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e
Tecnologia

Idesp - Instituto do Desenvolvimento Econômico-Social do
Pará

Incra - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

InformAM- Sistema de Informação Científica e Tecnológica para
a Amazônia

Inpa - Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia

INPI - Instituto Nacional da Propriedade Industrial

INT - Instituto Nacional de Tecnologia

Ipean - Instituto de Pesquisas Agropecuárias do Norte

Ipeaooc - Instituto de Pesquisas Agropecuárias da Amazônia
Occidental

Mec - Ministério da Educação e Cultura

Medline - Sistema de Pesquisas em Linha da Área Médica

Mie - Ministério da Indústria e Comércio

Minter - Ministério do Interior

MPEG - Museu Paraense Emílio Goeldi

PBDCT - Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Ped - Programa Estratégico de Desenvolvimento

PND - Plano Nacional de Desenvolvimento

PQOCT - Plano Quinquenal de Desenvolvimento

Rebam - Rede de Bibliotecas da Amazônia

Siama - Sistema de Informações para a Amazônia

Siplan - Sistema de Informação para Planejamento, Controle e Coordenação

Snict - Sistema Nacional de Informação Científica e Tecnológica

Spvea - Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia

SRD - Sub-sistema de Referência Documentária

SRL - Sub-sistema de Referência de Legislação

Subin - Secretaria de Cooperação Econômica e Técnica Internacional

Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Superintendência da Zona Franca de Manaus

Universidade Federal do Pará

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ci-
ência e a Cultura

Sistema de informação das Nações Unidas para Ciência
e Tecnologia

Universidade de São Paulo

ERA UMA VEZ

"Pus o meu sonho num navio
e o navio em cima do mar
- depois,abri o mar com as mãos
para o meu sonho naufragar".

(Canção. Cecília Meireles)

Essa estória começa quando tive os meus primeiros contatos com a área da Biblioteconomia de um modo geral e em particular com professores do Curso e profissionais que participaram do Projeto Rede de Bibliotecas da Amazônia (Rebam). Era o ano de 1976.

Sempre se falava na grandiosidade do Projeto, mas, no entanto, jamais se conseguiu chegar a um consenso que justificasse satisfatoriamente sua paralisação. Foi aí, então, que, quando surgiu a oportunidade do Mestrado da Escola de Biblioteconomia da UFMG, a análise da Rebam me pareceu oportuna.

Portanto, o objetivo dessa "estória" é, basicamente, a identificação de alguns fatores determinantes da paralisação dessa Rede, tentando responder a algumas questões, como, por exemplo: como se deu o planejamento que antecedeu

a implantação da Rede. Em que medida existia uma dependência do Projeto Rebam ao Projeto do Sistema Nacional de Informação Científica e Tecnológica (Snict) e ao Sistema de Informação das Nações Unidas para Ciência e Tecnologia (Unisist)? Como se dava o relacionamento entre a gerência central da Rede e as diversas instituições integrantes da Rebam? Como funcionava internamente a Rede? Que mecanismos a Rebam possuía para fazer cumprir o estabelecido no Protocolo de Intenções firmado pelos órgãos que integrariam a Rebam? Em que medida a mudança do governo e das administrações dos órgãos influenciou no andamento da Rede? Qual foi a influência do Projeto Sistema de Informação para Planejamento, Controle e Coordenação (Siplan) do Ministério do Interior (Minter), sobre o Projeto Rebam?

Tentando responder a essas questões, levantei as seguintes hipóteses:

- (a) O incentivo à criação da Rebam foi proporcionado pelo projeto federal de criação do Snict, aliado à iniciativa dos bibliotecários da Amazônia Legal que contaram com o apoio político dos dirigentes de algumas instituições instaladas na Região.
- (b) A existência da Rebam estava condicionada à constante alimentação do acervo por parte das bibliotecas integrantes e ao comprometimento financeiro por parte das admi-

nistrações dos órgãos participantes.

(c) A Rebam, estruturada como órgão de controle da documentação a nível de Amazônia Legal, gerou produtos que atenderam a solicitações de: a) especialistas e bibliotecários tanto da Região como do país; b) instituições governamentais e privadas.

(d) A Rebam desapareceu no momento em que caminhava para uma certa autonomia.

Objetivando confirmar ou rejeitar as hipóteses mencionadas acima e considerando que a pesquisa se constitui de um estudo histórico, tendo como finalidade a exploração e o mapeamento da área, foi usada como metodologia a combinação de dois métodos de análise, descritos de forma separada apenas a título de explicitação teórica. Entretanto, deve ficar claro que ambos os métodos se interpenetram e se complementam ao longo da pesquisa.

Os métodos são os seguintes: para o estudo da Rebam, enquanto instituição formalmente constituída, foi usado o método dialético da análise institucional, proposto por Lourau e Lapassade. Para o estudo da Rebam - considerando a configu

ração da rede e, portanto, contendo a interrelação de seus elementos - foi utilizado o método estruturalista de Levi-Strauss, Boudon, Sebag e outros.

A análise institucional é o instrumento adotado para o estudo das contradições sociais que permeiam os processos organizacionais e que contêm em si os aspectos ideológicos, políticos e econômicos. Nesse estudo, este instrumento, foi utilizado na sua vertente de método de análise documental, onde a instituição Rebam foi enfocada considerando-se a sua unidade abstrata e positiva, a negação dessa unidade e a recuperação dela em seu aspecto negativo. Essa análise está centrada, ainda, no conceito de instituição, enquanto objeto que traz em si um **"conjunto de forças sociais* em atuação numa situação aparentemente regida por normas universais em -vista de uma função social precisa"**.

Enquanto método dialético, a análise institucional decompõe o conceito de instituição em três momentos que, aqui, serão identificados separadamente apenas a título de teoria, já que pensar em etapas estanques seria o mesmo que reificar os conceitos, transformando movimentos em mera descrição de suas funções. Assim, a instituição Rebam foi analisada dentro dos três momentos, que são:

* Formas instituídas, instituintes e institucionalizadas.

Universalidade. A instituição é vista como **instituída**. É o momento das verdades universais, quando o conceito de instituição é abstrato, plenamente verdadeiro e universalmente aceito. Neste nível a Rebam foi analisada em função de seus objetivos gerais, foi enfocada como instituição de desenvolvimento regional, responsável pela transferência de informações a nível de Amazônia Legal, com fins de pesquisa e educação. Desenvolvimento, Pesquisa e Educação são objetivos abstratos, positivos e universalmente aceitos.

Particularidade. A instituição é caracterizada pelas particularidades concretas que a atravessam. É quando o caráter universal é negado mostrando não só os interesses inscritos nela, mas também aqueles não inscritos. A análise está voltada para os interesses de cada um dos grupos que participaram da Rede, tais como: políticos, bibliotecários, instituições, etc. Alguns desses particulares assumem aspectos **instituintes**, isto é, não só negam as normas universais, mas também colocam no funcionamento da Rebam o dinâmico, o inacabado, aquilo que não está inscrito.

Singularidade. Finalmente a instituição é vista como **fof**

ma institucionalizada e funcional. É o momento da negação da negação. As particularidades são negadas e chegam-se a formas sociais mais ou menos estáveis e aceitas por todos. É o momento da unidade negativa. Não se trata aqui da retomada da unidade positiva do primeiro momento, mas sim de formas institucionalizadas concretas, como funções, normas, finalidades, substrato material, produtos, etc. Nesse momento a Rebam é analisada com base em seu regimento, organograma, espaço e localização física, produtos gerados, pessoal, etc.

Ao mesmo tempo, no que diz respeito ao estudo da Rebam enquanto instituição e o interrelacionamento dos diversos elementos da Rede, foi usado, como método, o estruturalismo de Leví-Strauss e outros. Tal método busca colocar em relação recíproca constante as partes do todo, na medida em que nenhum elemento existe ou poderia existir, participando de uma rede, por si mesmo, como partes estanques, isoladas, uma vez que o todo não é considerado como soma de partes fechadas em si mesmas. Portanto, a Rebam, sendo uma rede de bibliotecas, foi considerada como estrutura dinâmica, com constante interrelação de suas partes, sofrendo as influências e as pressões tanto de seus elementos constitutivos como também do ambiente externo.

Para possibilitar a análise do problema, foram usa

dos, como instrumentos, os documentos primários e secundários disponíveis, gerados pela Rebam, pelo pessoal técnico envolvido no Projeto, além de artigos escritos por bibliotecários sobre a primeira e, até o momento, única rede regional de informações instalada no país. Foram utilizados também, como forma de complementação à documentação oficial, depoimentos de pessoas que de alguma forma estiveram ligadas à Rebam, tendo vivenciado o aparecimento, desenvolvimento e a falência da Rede de Bibliotecas da Amazônia.

Os depoimentos estão codificados segundo a categoria ou cargo ocupado na época. Assim sendo, os dirigentes de bibliotecas ou centros de documentação estão enquadrados no código DBt; os elementos contratados para o Projeto são identificados por ECP; os representantes oficiais das instituições, estão na categoria RO e, finalmente, os professores que participaram do treinamento do pessoal técnico da Rede estão identificados por PROF.

Hoje, esses profissionais estão residindo não só nos Estados da Amazônia Legal, mas também em São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, o que dificultou a coleta de depoimentos. Além disso, algumas pessoas não se dispuseram a prestar depoimento. Assim, a quantificação dos elementos é a seguinte: DBt - dois elementos; ECP - cinco elementos; RO - dois elementos e PROF - dois elementos.

fff,
"mi»

CITAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS

LAPASSADE, G. & LOURAU, R. Chaves da Sociologia. Trad.
N.C. Caixeiro. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira
1978. p. 145.

CORRENTES DE ELOS FRÁGEIS

"A humanidade não é uma aventura solitária. É uma conquista da comunidade. Uma comunhão".

(R. Garandy, Palavra de Homem).

A idéia de rede tem suas bases iniciadas por volta da década de 50, quando, após a Guerra, a produção intelectual, científica e tecnológica dos países centrais atingiu um crescimento exponencial, de tal ordem, que fez com que as bibliotecas não dispusessem de recursos suficientes que lhes permitissem a atualização de seus respectivos acervos no mesmo ritmo.

Começam, então, a surgir, no panorama internacional, tentativas que possibilitam a integralização dos acervos das bibliotecas./Dentre essas tentativas destacam-se o empréstimo entre bibliotecas, os sistemas de aquisição planejada, os consórcios de bibliotecas, os controles de produção documental e, finalmente, as redes de bibliotecas, que sintetizam em sua estrutura cooperativa todos os programas mencionados.

As redes são estruturas cooperativas que, segundo a definição de Lélia Galvão¹, possuem dois níveis de hierarquia, sendo um o horizontal e outro o vertical. Teoricamente o nível de liberdade e comunicação, nessa configuração, é muito maior do que em qualquer outro, na medida em que cada elemento integrante ou unidade componente é autônoma para deliberar sobre seus problemas específicos. A coordenação geral existe apenas para traçar normas de procedimentos comuns e com a aquiescência de todos os participantes.

As redes de bibliotecas objetivam, quase sempre, a institucionalização da cooperação, que na grande maioria dos casos se estabelece de forma voluntária e sem comprometimento de continuidade, sendo muito mais uma cooperação entre bibliotecários do que propriamente entre bibliotecas. Essa institucionalização se dá na medida em que são estabelecidos mecanismos que possibilitem compatibilizar interesses dos elementos envolvidos, de tal modo que não haja supremacia de nenhum deles, ao mesmo tempo em que garantam a possibilidade de congregar, em um todo único e ordenado, as informações a nível internacional, nacional, regional, estadual e municipal, tanto por áreas específicas de assunto como em nível geral. Isso concretizado, possibilita o acesso, para um grande número de usuários, a um número cada vez maior de informações.

Dentro desse esquema, as iniciativas particulares

são mais bem sucedidas, uma vez que os organismos responsáveis por essas redes assumem um caráter de empresa e tratam a informação, quer o dado bruto quer o elaborado, como produto vendável e extremamente lucrativo, não permitindo que fatores externos impeçam a "transferência de informação". Enquanto isso, nas iniciativas governamentais isoladas ou através de acordos firmados entre diferentes países, ainda que com o mesmo grau de desenvolvimento, permeiam no processo de constituição das redes, as tendências políticas e a busca por espaços de domínio, fazendo com que os governos ou as instituições privilegiem a montagem de sistemas próprios que atendam aos interesses imediatos e específicos de suas administrações.

/Em termos de Brasil, a tendência é para que as Redes se estabeleçam no âmbito do Estado e nesse caso se faz necessária, no momento do planejamento, a adequação dos objetivos da Rede que está sendo criada aos objetivos da instituição que irá sediá-la, a fim de que não haja, mais tarde, choques entre as duas administrações, o que fatalmente iria provocar a falência de uma delas.

Outros fatores que merecem atenção no planejamento de redes são: a caracterização do universo de usuários a serem atingidos, o estabelecimento dos limites de abrangência e áreas de ação. Tal delimitação visa a restringir o ambiente, e também, a possibilitar a definição de metas e di

retrizes que possam, realmente, ser cumpridas, evitando a tendência à megalomania que transforma o planejamento em uma ação descompromissada com a realidade e com a possibilidade efetiva de execução.

Finalmente, há que se considerar a forma como se processa o estabelecimento do custo operacional de implantação e de manutenção de redes. Via de regra o custo é o que mais problemas causa, uma vez que, os centros ou serviços de informação, que poderiam vir a integrar uma rede, dependem, unicamente, dos recursos das instituições - normalmente governamentais - às quais estão filiados. Nos orçamentos desses centros ou serviços estão computados os custos com material de consumo, os custos do tratamento técnico das informações em termos de homem/hora, e os custos das informações adquiridas para a sua manutenção. Entretanto, em nenhum momento, os conhecimentos qualificáveis advindos desses custos são computados como benefícios proporcionados pelos centros ou serviços ou, ainda, como investimentos ou lucros para as instituições.

Todos dizem que informação é poder e possibilidade de controle. No entanto, estranhamente, os centros de documentação das instituições governamentais não são incentivados no sentido de produzirem na sua capacidade total. Esses centros esbarram sempre em um processo burocrático muito grande, no jargão de que biblioteca é atividade meio e por isso

passível de corte nos seus orçamentos e em suas parcas verbas que não chegam a ser suficientes para a sobrevivência da instituição.

Ainda assim, no início da década de 70, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), juntamente com o Conselho Internacional das Ciências Científicas (Ciuc), reuniram-se em Comitê para estudar a viabilidade do estabelecimento de instrumentos que possibilitassem o controle, organização e acesso da produção técnico-científica mundial, a nível de instituições governamentais.

Esse instrumento, concebido pela Unesco/Ciuc e que foi denominado Sistema de Informação das Nações Unidas para Ciência e Tecnologia (Unisist), seria "uma rede flexível que ampliaria a cooperação voluntária entre centros de

2

informação existentes e os que se criariam" tendo como função fundamental "fomentar a tendência a compartilhar a informação criando oportunidades para que os governos, as organizações internacionais e os serviços especializados cheguem a estabelecer novos acordos de cooperação", além de "atender as necessidades dos países em via de desenvolvimento e estabelecer uma rede mundial de centros de informação científica e tecnológica".

Contudo, os aspectos negativos desses objetivos declarados devem ser lembrados. A

proclamada preocupação do Projeto UNISIST

para com os países em desenvolvimento não consegue ocultar o fato de que seus promotores estão pensando em termos de sociedades altamente industrializadas. Não é um perigo imaginário que o UNISIST venha a contribuir para aumentar ainda mais a distância que separa os países em desenvolvimento dos países desenvolvidos⁵.

E aqui cabe perguntar: Não é a desigualdade reforçadora da dependência? Que país concordaria em cooperar voluntariamente em bases desiguais?

Dos grupos de trabalho que foram constituídos para formação do Unisist resultaram algumas recomendações que visavam possibilitar e orientar o estabelecimento de redes nacionais e regionais. Essas recomendações ditam que nos países integrantes do programa - e o Brasil era um deles - deveriam ser criados, pelos Governos, organismos nacionais destinados a orientar, estimular e dirigir o desenvolvimento dos serviços e recursos de informação com uma perspectiva de cooperação regional, nacional e internacional. Esses programas seriam os Sistemas Nacionais de Informação em Ciência e Tecnologia (Snict). Dentro do macro-universo do Unisist, os Snicts seriam os nós ou elos que comporiam as redes internacionais. A outra condição seria a de que cada país possuís-

se uma Política Científica e Tecnológica Nacional definida.

O Brasil vem, ao longo dos anos, tentando a definição de uma política nacional de C & T. Entre essas tentativas está a formação, em 1951, do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq)*; a elaboração do Programa Estratégico de Desenvolvimento (Ped) para o período de 1968/1970, que incorporou definitivamente, no discurso oficial, o binômio "Ciência & Tecnologia"; a elaboração do Plano Quinquenal de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PQDCT); elaboração dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND) e respectivos Planos Básicos de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDCT).

E é no I PND (período de 1972/1974), do Governo Médici, que o Brasil decide por sua participação no Sistema Internacional, fazendo com que o Snict apareça como meta prioritária no I PND, prevendo seu desenvolvimento também no I PBDCT.

Esse Sistema Nacional encontrou, no país, um caráter favorável para sua implantação, na medida em que, a princípio, sua estrutura funcional se coadunava perfeitamente com as novas diretrizes do planejamento nacional, ou seja, a nota tendência era para a centralização política e administrativa das instituições mediante a indicação ou criação de ór-

Em 1974 foi reorganizado pela Lei 6.151, passando a denominar-se Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico, conservando, entretanto, a sigla.

los centrais com seus respectivos sistemas setoriais, res -
 íonsáveis pela descentralização operacional. Embora essa cen
 |tralização política e administrativa estivesse ferindo a ccn
 riguração teórica das redes, que têm, como pontos fundamen -
 tais, a cooperação e a liberdade dos seus elementos constitu
 tivos.

Esse tipo de planejamento ou forma de estrutura -
 io administrativa não previu os conflitos entre grupos e
 [nstituições que disputam a ocupação dos espaços políticos
 je proporcionam poder. Na verdade o planejamento, quase sem
 re, é elaborado em escritórios sem a necessária vinculação
 ím a realidade e tendo como metas as macro-realizações. En-
 lm, o planejamento é elaborado de forma bastante abstrata .
 Isa abstração é que faz com que as diferenças entre grupos
 Ijam, escamoteadas, sendo que, no campo do concreto, são e-
 Itamente as diferenças e os conflitos que fazem do planeja-
 >nto algo realizável ou não.

Mas os planos para a constituição do Snict prosse
 kiram, e, em decreto que não chegou a ser promulgado, foram
 iplicitados como objetivos básicos do Sistema Nacional os
 Iguintes:

**planejar, coordenar e difundir em âmbito na-
 cional os trabalhos de informação e documen-
 tação científica e tecnológica no sentido do**

estabelecimento de uma rede nacional de co-
operação e intercâmbio, para assegurar a
pessoas físicas e jurídicas de direito pú-
blico e privado o aprimoramento integral
dos conhecimentos adquiridos no país e no
estrangeiro, de acordo com as diretrizes e
prioridades estabelecidas no I PND e apro-
vadas pela Lei nº 5.727, de 04 de dezembro
de 1971*.

Para iniciar os estudos da organização do Snict
brasileiro, o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral
nomeou um sub-grupo de estudos formado pelos representantes
do CNPq, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da
Educação e Cultura (MEC), Ministério da Indústria e Comércio
(Mie), Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) ,
|Instituto Nacional de Tecnologia (INT) e Instituto Brasilei-
ro de Bibliografia e Documentação (IBBD)*.

O Sistema proposto por esse grupo de estudos se-
ria coordenado pelo CNPq e teria suas atividades operacio-
nais descentralizadas, principalmente em função das dimen-
(;Ses) territoriais e conseqüente dispersão dos usuários, e da
[necessidade de cooperação entre os diversos centros do país,

[* Atualmente Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e
Tecnologia (Ibict).

sem que esses perdessem sua autonomia individual. No entanto, a coordenação geral seria centralizada, visando proporcionar um melhor atendimento das demandas de informação do país e o interrelacionamento de todos os elementos do Sistema Nacional entre si e também deste com os sistemas internacionais.

O I PND propôs como principais sub-sistemas do Snict, os seguintes:

- (a) Sub-sistema de Informação Tecnológica Industrial Livre;
- (b) Sub-sistema de Informação Tecnológica Patenteada;
- (c) Sub-sistema de Informação Tecnológica sobre Infra-Estrutura e Serviços;
- (d) Sub-sistema de Informação Agrícola;
- (e) Sub-sistema de Coleta e Disseminação de Informação no Exterior.

Além desses, o grupo designado para estudar a possibilidade de implantação do Snict nomeou mais alguns sub-sistemas que, reunidos aos primeiros já mencionados, se dedicariam à cobertura, reunião e disseminação dos conhecimentos

gerados no território nacional. Os sub-sistemas seriam os se

8 9

guintes ' :

(a) Sub-sistema de Informação Científica;

(b) Sub-sistema de Informação Educacional;

(c) Sub-sistema de Informação para a Saúde;

(d) Sub-sistema de Informação para Minas e Energia;

Quanto às áreas de Transporte, Telecomunicações e a área específica de Desenvolvimento da Amazônia, o projeto inicial não previa sub-sistemas a serem implantados a curto prazo, mas indicava que seriam feitos -estudos para inclusão dessas áreas em futuros sub-sistemas.

É de se estranhar que tenha sido pensada a implantação de um sub-sistema que tivesse como assunto principal uma região específica, já que os sub-sistemas propostos se dedicariam à cobertura das grandes áreas e que, de uma forma ou de outra, a Região estaria incluída.

De todos os sub-sistemas, apenas o referente ao desenvolvimento da Amazônia foi, àquela época, efetivamente, transformado em uma rede de informações (Rebam), muito embora tenha sido criado em uma Região sem infra-estrutura sufi-

ciente para arcar com o projeto. Quais seriam as razões? O interesse político e econômico que a Região desperta? O momento político favorável a esse tipo de iniciativa? Ou o movimento dos bibliotecários da Amazônia que lutaram por sua implantação?

Em nível de estrutura interna, cada um dos sub-sistemas seria coordenado por um órgão núcleo, que por sua vez designaria e gerenciaria os núcleos regionais, encarregados da supervisão e orientação dos centros de informação e bibliotecas, formando uma cadeia de interrelacionamentos.

Entretanto, como se sabe, o Snict ficou apenas a nível de planos e projetos sem nunca ter conseguido ser institucionalizado na íntegra. O que nos faz lembrar que um dia houve uma mobilização para a criação de tal sistema no país é a existência de alguns sistemas de informação que poderiam muito bem se enquadrar nas características dos antigos sub-sistemas do Snict. É o caso, por exemplo, do Sub-sistema de Informação Agrícola que, naquele contexto, poderia ter como órgão núcleo o Centro Nacional de Agricultura (Cenagri) que se relaciona a nível internacional com o Sistema de Informações Agrícolas (Agris), ou como o Sub-sistema de Informação para a Saúde que poderia, dentro do Snict, ter tido na Biblioteca Regional de Medicina (Bireme) o seu órgão núcleo. Atualmente esse Sistema está integrado internacionalmente ao Sistema de Pesquisas em Linha da Área Médica (Medline). E há

ainda outro sub-sistema, que poderia ser mencionado, que é o de Informação para Minas e Energia, do qual participaria a Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen) cuja relação internacional se dá com o Inis da Agência Internacional de Energia Atômica.

Programas de Informação, sistemas nacionais, regionais e estaduais continuam a ser implantados no país. Contudo, percebe-se uma desarticulação entre esses vários sistemas e uma ausência, quase que total, de comprometimento com a realidade nacional, na medida em que tais sistemas, para serem criados e mantidos, demandam uma soma de investimentos que por si só é proibitiva e uma infra-estrutura de base altamente sofisticada, nem sempre existente no país.

Se for feita uma análise mais profunda a respeito desses Sistemas - já que no Brasil não existe nenhuma rede que, atualmente, esteja funcionando de fato - provavelmente, será verificado que apenas aqueles que possuem ligação ou capital estrangeiro têm chances reais de continuidade. Contudo, isso não significa que todos os sistemas implantados ou por implantar no país tenham, necessariamente, que estar atrelados a sistemas internacionais como condição fundamental de sucesso. Não estaria na hora de repensarmos todos os planos elaborados até hoje, procurando adaptá-los às realidades locais? Não seria mais vantajoso que os planos e projetos fossem um pouco mais modestos, mas que trouxessem garantias

de continuidade?

Os projetos descontinuados fazem parte da realidade brasileira e é um desses projetos - a Rebam - que será o objeto de estudo daqui por diante.

Para se entender a Rebam, é necessário visualizá-la dentro de um quadro geográfico, social, econômico, cultural e político da Região - a terra e o povo. E é esse quadro que tentarei apresentar no capítulo seguinte.

CITAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS

CUNHA, Lélia G.C. da. Sistemas de bibliotecas e Redes de Informação. R. Bibliotecon. Brasília, 5_ (1) : 449-63, jan./jun., 1977.

UNESCO. Unisist 'sinopsis. Paris, 1974. s.p.

Ibidem.

CARNEIRO, Paulo. A Unesco e a Informação. Ci. Inf., Rio de Janeiro, 6 (1): 4, 1977.

LEMONS, Antônio Agenor B. de. Programas internacionais: seu impacto e sua implantação em países em desenvolvimento. R. Esc. Bibliotecon. UFMG, Belo Horizonte, 7 (2): , set., 1978.

AGUIAR, Elisete. Informação e Planejamento de C & T. Brasília, CNPq, 1935. p. 23.

Ibidem, p. 22.

MENDONÇA, Fernando de. Criação de um Sistema Nacional de In formações Tecnológicas. R. Adm. Emp. , Rio de Janeiro,]4

(3): 53-60, maio/jun., 1974

ATA da Reunião com o Prof. Abner Vicentini. Belém, 16/10/72,

Um TERR.A QUE TINHA DONO

"Eis que a minha terra
está diante rie tua face:
habita onde bom for
aos teus olhos".

(Gênesis, 20:15)

A Amazônia começou a fazer história como parte integrante do território nacional brasileiro por volta do ano e 1542, quando Orellana revelou o Amazonas como rio navegável e a Amazônia como região inexplorada.

Por suas lendas, particularidades de flora e fauna, mitos de riquezas incomensuráveis e de solo fértil é que esta Região é, por excelência, singular e superlativa. No entanto, suas características básicas são as grandes dessemelhanças como, por exemplo, a oposição entre sua dimensão territorial e a baixa densidade populacional, ou o contraste entre os conglomerados urbanos e os enormes espaços desertos, e ainda, o desnível entre a riqueza de poucos e a miséria de muitos.

Por seus mistérios é que a Amazônia tem despertado, ao longo dos anos, seja nos colonizadores, invasores e

exploradores do século XVII, seja nos cientistas e tecnocratas de hoje, um grande fascínio.

Esse fascínio levou ao processo de ocupação territorial que se iniciou um século depois do descobrimento. O sistema de colonização e ocupação da Região foi o mesmo adotado no sul do país, ou seja, o de capitâneas ou pequenos feudos.

Basicamente, os únicos imigrantes que vieram para a Região foram os portugueses que procuraram integrar os índios ao modo de produção da época como forma de suprir o problema de mão-de-obra escrava. De certa forma, esse tipo de regime escravagista foi impedido, em parte, pela ação dos Jesuítas na Região.

A ação desses colonizadores estava intimamente ligada à capacidade produtiva do solo, que, uma vez esgotada, era abandonada por espaços mais produtivos, o que deu origem a um ciclo de uso, desgaste e abandono. Por sua vez, a política colonial-imperialista, enfatizando o superávit da coroa, fazia com que o mercado interno local se tornasse cada vez mais incipiente, o que possibilitou a instalação de algumas companhias estrangeiras que conseguiam, facilmente, o monopólio de produção e comercialização de produtos economicamente lucrativos, sem a preocupação com a aplicação de recursos em prol do desenvolvimento regional.

Como forma de ação política visando planejar o sis

tema econômico e formular uma estratégia de ocupação e exploração foram efetuadas intervenções do Poder Central que começaram na época da Colônia e se estenderam até a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (Spvea), mais tarde transformada em Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).

E considerada como primeira intervenção, na Região, a criação do Estado do Grão Pará e Maranhão, na segunda metade do século XVIII, pelo Governo Português. Esse "Estado" foi criado como província independente e diretamente ligado a Lisboa, o que assegurava, para a coroa, o monopólio econômico e o controle político da área.

Um dado curioso, resultante dessa intervenção, é que à época da Independência do país, a Amazônia se achava «ais, ligada à coroa portuguesa do que ao território nacional, tanto que o fato histórico só foi reconhecido, na Região, um ano depois da sua ocorrência.

Antigamente, quando alguém se referia à Amazônia, imediatamente ligava a Região à produção e extração da borracha. Em 1830, com a descoberta do emprego industrial desta, o Governo incentivava sua extração e, em função do aumento na demanda, principalmente do mercado estrangeiro, dá-se uma verdadeira corrida ao produto. O movimento migratório, especialmente de nordestinos, reforça o processo de ocupação. Nessa época é definida a soberania brasileira sobre o então terri-

tório do Acre. Os dois acontecimentos marcam a segunda intervenção.

A cotação da borracha brasileira, no mercado exterior, permanece estável até o início do século XX, quando começa a aparecer no panorama econômico internacional a borracha produzida nas plantações do Extremo Oriente. Essa concorrência provoca uma queda na demanda pelo produto brasileiro. **Em** 1912, é criada a Superintendência de Defesa da Borracha, filiada ao Ministério da Agricultura, como mecanismo para recuperação do comércio do produto. Essa é a terceira intervenção e é também considerada, por alguns autores ^{1*}, como realmente, a primeira do Governo Federal no sentido de ordenar a ação do Poder Público na Região. :

Com a II Guerra Mundial dá-se o fechamento do comércio asiático da borracha para os aliados. Estes, necessitados de matéria-prima para suas indústrias, assinam com o Governo brasileiro, em 1942, os chamados "Acordos de Washington", nos quais a Amazônia se compromete a fornecer àqueles toda a sua produção de borracha. Mais uma vez ocorre uma intervenção (quarta) governamental na Região. Com o aumento da produção e o conseqüente aumento do poder econômico regional é criado, pelo Governo Federal, o Banco de Crédito da Borracha* como instrumento político e econômico de longo alcance.

,* Atualmente Banco da Amazônia S/A (Basa).

É dessa época também a criação dos territórios brasileiros de Guaporé, Rio Branco e Amapá, como forma de organização politico-territorial garantindo a ação administrati-

Entretanto, com o término da Guerra e dos Acordos, um lado.e, de outro, o ressurgimento da concorrência dos cados internacionais, ocorre, mais uma vez, a queda na de^nda pela borracha amazônica. A necessidade dos aliados era ediatista e efêmera.

Surge no país um novo estilo de planejamento conhecido com o nome de "Programas de Valorização".

Em 1946, a Constituinte transforma em artigo da nstituição Brasileira* a obrigação de a União recolher 3% renda tributária, durante um período de 20 (vinte) anos e licar em Planos de Valorização Econômica e Social da Amazô. **a.** No entanto, essa medida só foi cumprida seis anos mais rde (1953), quando foi criada a Spvea como autarquia enca_rgada do planejamento e desenvolvimento regional.

A mesma Lei de criação da Spvea (Lei 1806) definiu, mbém, a área da Amazônia Legal**.

Artigo 199.

* A Amazônia Legal é composta pela superfície total dos Estados do Acre, Amazonas, Pará e Rondônia e os Territórios de Roraima e Amapá, além das superfícies parciais dos Estados do Maranhão (85,698), do Mato Grosso (66,39%) e de .Goiás (49,23%).

A Spvea chegou a elaborar, para a Região, um Plano de Emergência (1953-54) e um Plano Quinquenal (1955-59), mas devido pela grandeza de objetivos, dimensões da Região, ausência de recursos orçamentários e ausência de um plano diretor, não chegaram a ser efetivados.

Durante sua existência, a Spvea obteve vários resultados positivos que objetivavam proporcionar o desenvolvimento regional. Dentre esses resultados estão:

... os levantamentos das reivindicações e, sobretudo, das necessidades da região, bem como a crescente preocupação com estudos e pesquisas dos mais variados assuntos e temas (...) suporte financeiro para a instalação de novos sistemas elétricos em Belém e Manaus; com o apoio ao levantamento aerofotogramétrico, tendo em vista a floresta e o solo, feito pela TAO; com a instalação do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia e ainda a construção e renovação de diversas faculdades'.

Além disso a Spvea foi responsável também pela construção da estrada Belém-Dracília, conhecida como a "rodovia integração nacional".

Entretanto, aquela Superintendência não conseguiu conduzir a Amazônia ao desenvolvimento desejado, pois cada superintendente tentava implantar uma nova orientação, sem que fosse levada em conta a necessidade do processo de valorização a ser desenvolvido a longo prazo. Uma burocratização excessiva impedia que as soluções saíssem do papel e uma concessão assisternática de verbas invalidava o trabalho de planejamento, inclusive uma certa retenção de dotações orçamentárias por parte do Governo Federal, que adia a execução dos programas de trabalho. Além disso, talvez a principal dificuldade tenha sido a de encontrar pessoal qualificado para o desempenho das diversas tarefas .

Com a criação da Política de Incentivos Fiscais como medida de ataque aos problemas regionais e visando o desenvolvimento econômico e social da Amazônia, a Spvea foi transformada, pela Lei 5153, de outubro de 1966, em Sudam, tornando-se a instituição federal encarregada do cumprimento do Plano de Valorização da Amazônia, visando possibilitar o desenvolvimento de uma economia auto-suficiente e promover o bem-estar social da Região.

Em 1967, com a criação da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), começou a funcionar, em Manaus, a área de livre comércio, visando o desenvolvimento econômi-

co da área, via implementação das indústrias e do fluxo turístico.

Atualmente, em termos de infra-estrutura (energia, transporte e comunicação), o estágio é de implantação em alguns lugares e de dinamização em outros, principalmente nas capitais. As indústrias regionais estão localizadas, quase que tão somente, nas cidades de Manaus e Belém*, graças à política de incentivos e isenções fiscais.

A princípio, a Amazônia pode parecer, em termos geográficos, uma região homogênea. Nada mais longe da verdade, uma vez que coexistem no mesmo espaço, nada menos do que oito Amazonas: Amazônia Oriental, Central, Setentrional, Meridional, Extremo-Occidental, Periférica do Planalto, Guiano Orinocense e Pré-Andina[^]. Outros autores agrupam as Amazonas em apenas três: Amazônia Política ou Região Norte, Amazônia Geográfica ou Pan-Amazônica e Amazônia Legal[^].

Ainda hoje, essa Região, tem como características demográficas os grandes espaços vazios, povoamentos desordenados ao longo dos rios e as condições de instrução, saúde, saneamento e habitação precárias, não só nos interiores mas, também, ao redor dos conglomerados urbanos.

O problema fundiário da Região é sério, tanto que, além do próprio Instituto Nacional de Colonização e Reforma

•Exceção feita àquelas ligadas à mineração.

Agrária (Incra), mais dois órgãos foram criados para regular o problema de terras: o Grupo Executivo de Terras do Araguaia Tocantins (Getat) e o Grupo Executivo do Baixo Amazonas (Gebam) .

No entanto, muito pouco se conseguiu ainda em termos da regularização dessas questões, na medida em que, cada uma dessas entidades atua de acordo com a política em vigor na instituição e de forma desarticulada entre si e entre os demais órgãos.

Enquanto a SUDAM dava vantagens às grandes empresas nacionais e multinacionais para o cupação de extensas áreas em projetos agro pastoris com incentivos fiscais e creditícios, o INCRA promovia programas de colonização com, principalmente, agricultores do nordeste expulsos pela seca. Muitos desses grandes projetos faliram pela falta de pesquisa e rigor empresarial, enquanto que a marcação de agrovilas ao longo da estrada Transamazônica obedecem apenas a critérios simétricos. Alguém decidiu que elas ficariam de **100 em 100** quilômetros, sem análise de terra. Não se assentam seres humanos com uma régua ...

Em função desses "critérios" de ocupação e desenvolvimento, definidos pelas autoridades competentes, a Amazônia é hoje um grande caos, com imensos problemas sociais tendo, de um lado, o império das multinacionais e, de outro lado, a grande massa populacional, que luta contra aqueles por um pedaço de terra.

Ouve-se falar, inclusive, na possibilidade de uma "volta ao cativeiro", muito embora isso não signifique, necessariamente, o retorno ao regime escravocrata dos negros. Este cativeiro está mais ligado ao incentivo que é dado pelos empreendimentos governamentais à colonização dirigida em detrimento da espontânea, o que significa dizer que os colonos não dominam as "regras do jogo". O cativeiro ultimamente tem sido dos pobres, independentemente da cor da pele.

E inegável o grande atrativo dos empregos ou sub-empregos temporários (em boa parte dos casos) oferecidos pelos grandes projetos. Assim como é inegável também a presença de grandes problemas sociais que esses projetos provocam, tais como: prostituição de menores, crianças abandonadas, marginalidade, etc..

É óbvio que existe um desejo de liberdade, que é traduzido pela vontade de posse de um pedaço de terra onde as famílias possam desenvolver um trabalho r.utômomo, tanto na agricultura como na pesca de subsistência. Por questões de facilidade de acesso e comunicação, essas famílias tendem a

se fixar nas estradas de terra e água.

Contudo, a população ribeirinha está sujeita às cheias dos rios que lhes destroem as casas e as pequenas plantações (quando elas existem). Enquanto isso, as famílias que **se** fixam nas terras firmes enfrentam o problema de que "a maior parte dos solos das terras firmes, ou seja, as que não **são** inundadas pelas cheias anuais dos rios, são em geral qui-
•
biicamente muito pobres" .

Essa perda constante e a pobreza dos solos obrigam os colonos ao constante abandono dos espaços procurando novas formas de sobrevivência. Com o passar dos anos, as novas gerações tendem a empreender o mesmo caminho já percorrido pelos pais, sucumbindo ao atrativo do salário "fixo e seguro" das multinacionais ou dos grandes projetos.

Planos e projetos são propostos sobre áreas com desconhecimento total ou quase total de sua potencialidade, onde o fator seleção é somente o acesso físico, como se isso fosse o bastante e a única condição para a sua ocupação e
10
seu posterior desenvolvimento

Urge a elaboração de planos executáveis para que a ocupação do espaço amazônico possa ocorrer sem o sacrifício

desnecessário da população da Região. É preciso que efetivamente se ensine a esse povo o uso correto da terra. É fundamental que as pesquisas sobre uso e manejo do solo estejam voltados para os interesses do povo da Amazônia e não apenas para o fornecimento às autoridades das informações relativas às áreas economicamente mais rentáveis para que novos empreendimentos sejam instalados em nome de um desenvolvimento da Região.

O solo desperta o interesse externo em função dos projetos agropecuários que, via de regra, estão localizados em áreas de mata mais nobre.

A mata amazônica cobre cerca de 350.000.000 de hectares, o que equivale dizer que a Região possui aproximadamente 70 milhões de metros cúbicos de madeira em pé*. No entanto, a floresta é desmatada, a madeira comercializada e o compromisso com o reflorestamento é descumprido. Contudo, a floresta não fornece apenas a madeira bruta como **matéria-prima**; nesse meio ambiente são encontradas também as oleaginosas usadas na indústria de óleos e sabões, as fibras como **juta** e malva, a pimenta-do-reino, e algumas plantas medicinais **usadas** na indústria farmacêutica como andiroba e copaíba.

O sub-solo é rico em minério. As licenças para as pesquisas e a lavra são concedidas às grandes empresas em

Dados relativos ao ano de 1978.

Brasília.

Os garimpeiros deslocam-se aos locais e só então são avisados que o local já tem dono, que são obrigados a sair por não terem o alvará que a empresa tem''.

Os conflitos são inevitáveis e, mais uma vez, a luta é desigual.

A verdade é que, ao longo da história, a Amazônia tem sido vista ora como celeiro do mundo, na expressão de Humboldt, ora como inferno verde, título de livro de Alberto Rangel. As vezes considerada região-problema, outras vezes como a possível solução para os problemas nacionais, a Amazônia jamais se constituiu em sujeito de sua própria história^{1o}

Neste ambiente físico, a Rebam foi instalada. A seguir, será tratada a questão da pesquisa e das instituições que atuam na área para que o todo seja completado.

CITAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS

MIRANDA NETO, M.J. O dilema da Amazônia. Petrópolis, Vozes
1979. p. 145-8.

BENCHIMOL, Samuel. Amazônia: um pouco antes e além depois.
Manaus, Umberto Calderaro, 1977. p. 486-90.

MONTEIRO, Valcir. História econômica e administrativa do
Brasil. Belém, s.ed.,1972. p. 51.

MIRANDA NETO, op. cit. p. 148.

Ibidem.

BENCHIMOL, op. cit. p. 496.

MONTEIRO, Valcir. op. cit. p. 54.

"JADER: mantidas as estruturas a Amazônia resultará em um
caos". O Globo, Rio de Janeiro, 21/01/85, ano 60, cad. 1
p. 2.

SCHUBART, H.O.R. et alii. Uma floresta sobre solos pobres.

Ciência Hoje, São Paulo, 2 (10):28, jan./fev., 1984.

VLEIRA, L.S. USO do solo e recursos vegetais. In: HEBETTE,
3. Ciência e Tecnologia para a Amazônia. Belém, UFPa.
Naea, 1983. p. 26 (Cadernos Naea, 7).

JADER... , op. cit., p. 2.

AMAZÔNIA: edição especial. Ciência Hoje. São Paulo, 2 (10)
:20, jan./fev. 1984.

"SE TRÁGICO É O PODER - O NÃO PODER SEMPRE FOI TRISTE"

"quando se imagina que a ciência nos ajudou a vencer o terror no desconhecido na Natureza, somos escravos das pressões sociais que essa mesma ciência criou".

(Horkheimer)

Nós, o povo da Amazônia, vivemos, nem sempre, pacificamente, entre dois extremos. De um lado, como que a nos lembrar de nossas origens, encontram-se as lendas, mitos, "mandingas", cabanas de palha ao longo dos rios. E de outro lado, como que a nos puxar ou empurrar para o ritmo acelerado do desenvolvimento, estão os computadores, a energia atômica, os edifícios de concreto e aço.

É sabido por todos que o desenvolvimento integrado e o constante provimento de informações para toda a massa populacional representam, ao lado de mudanças estruturais, condições inseparáveis para o aprimoramento da qualidade de vida. Entretanto, os índices de informações e conhecimentos ci

"Canção do exílio mais recente", de Affonso Romano Sant'Anna.

entíficos e tecnológicos gerados e veiculados na Região ainda são muito fracos e descontínuos e atingem apenas a uma pequena parcela da população para que, por si só, possam suprir as necessidades regionais.

As informações comunicadas, os conhecimentos científicos usados e a tecnologia comercializada na Amazônia ainda são, na sua grande maioria, importados do Centro-Sul do país. Pode-se até dizer, sem nenhum receio, que o modelo centro-periferia usado quando se analisa o Brasil em relação aos países centrais, infelizmente, se repete a nível interno da nação. É quase como se nós também tivéssemos assinado com o Brasil acordos de dependência nos quais nos comprometemos a fornecer, gratuitamente, mão-de-obra e matéria-prima, para recebermos em troca a Ciência e Tecnologia, nem sempre adaptáveis à nossa realidade, mas que - acredita-se - devem propiciar o desenvolvimento. Mas, desenvolvimento de quem?

Não é que as informações, conhecimentos e tecnologias importadas sejam de todo inúteis à Região, mas é que o ambiente amazônico é singular, especial e por isso deve ser respeitado, sendo essas razões suficientes para uma análise mais apurada das perdas e ganhos reais dos processos de transferências.

De certa forma, está incorporado à sabedoria popular, tanto regional como nacional, que o caboclo da Amazônia é preguiçoso, inerte e sem iniciativa. Mas já procuraram sa-

ber qual o grau de instrução, saúde e alimentação desses caboclos? Já pararam para pensar que o clima da Região obriga a um outro tipo de jornada de trabalho? Já procuraram saber se existem programas que ensinam a todos esses "caboclos preguiçosos" a trabalharem com mais produtividade, usando melhor as condições do solo, que não são tão maravilhosas quanto se pensa? "Critica-se sua produtividade, alegando ser ['baixa' e 'ultrapassada'. Mas não se explica 'baixa' e 'ultrapassada' com relação a que"^. Será que ela é baixa porque não se pode, através dela, aumentar as divisas do país e se pagar as contas nacionais? Será que ela é ultrapassada porque não implica na compra de novas tecnologias estrangeiras? **alguém** já se perguntou que tipo de trabalho esses homens e mulheres podem executar sem que, necessariamente, tenham que se submeter aos "regimes de escravidão" das grandes mineração instaladas na Região? Alguém já se preocupou em recuperar a "Ciência e a Tecnologia" desse povo?

Se a resposta a todas ou, pelo menos, a algumas dessas perguntas for afirmativa, eu sinto muito informar que os resultados de tais pesquisas não foram suficientemente divulgadas a toda a população interessada; acredito mesmo que, nem que as autoridades, a fim de que fossem tomadas providências para mudar a situação e propiciar a melhor relação do homem com o seu meio, de forma que a produtividade não seja medida pelos critérios adaptáveis ao Centro-Sul do país, mas

sim em consonância com a especificidade desse homem e dessa Região.

Para se compreender, um pouco, a situação da informação produzida na Região seria necessária à análise da documentação impressa e dos ambientes onde essa documentação é gerada. Obviamente, não pretendo me aprofundar nesses aspectos, na medida em que cada um deles por si só merece uma dissertação. Mas um pequeno esboço pode ser feito.

2

O Professor Amílcar Tupiassú , em um curso por ele ministrado, em Belém, tentou estabelecer algumas características ou categorias nas quais uma boa parte da literatura escrita sobre a Amazônia poderia estar enquadrada. As categorias são as seguintes:

- (a) Anunciativismo: caracterizaria o conteúdo daqueles documentos que apresentam apenas a intenção de revelar as maravilhas naturais e mitos da Região, fazendo com que cada autor pareça um pioneiro na descrição. Embora seja, quase sempre, uma descrição superficial, sem uma atitude analítica mais profunda, esse tipo de literatura serve como veículo de divulgação da Amazônia.

- b) Deslumbramento: geralmente acompanha o Anunciativismo, e naltecendo as belezas naturais, em detrimento do homem e da sociedade local.

- (c) Descritivismo: esse-tipo de redação descreve, sem um *maí_oi* envolvimento, a paisagem local. Não se encontra, nessa literatura, nenhuma ligação do homem ao meio e vice-versa. O espírito analítico-crítico não existe aqui.
- (d) Quantitativismo: são os documentos que apenas adjetivam a Região, sem a preocupação com dados reais que comprovem as afirmações.
- (e) Episódico-parcial: é a literatura cujo conteúdo está voltado para a análise de uma micro-realidade, sem nenhuma preocupação na ligação com o universo global, o que vai dificultar, profundamente, a visão de conjunto.
- (f) Exogenia: são documentos normalmente escritos por pesquisadores de fora da Região e até do país e que, por esse motivo, estão baseados apenas em observações parciais e superficiais de curta duração o que, quase sempre, ocasionam conclusões distorcidas e incompatíveis com a realidade local.

É óbvio o perigo que esse tipo de literatura provoca. Daí ser conveniente afirmar que, felizmente, não são todos os documentos produzidos na Região e sobre ela que aí estão enquadrados. A exemplo disso podem ser citados os proje-

s de pesquisa, os relatórios técnicos das instituições que, mo tal, devem ser produzidos dentro da máxima fidelidade à alidade e ao rigor científico, na medida em que irão fundar pesquisas, investimentos, planos de governo, etc..Muita_ embora alguns desses relatórios ou projetos, de vez em quando, escapulam um pouco da realidade e do rigor.

Outro fator prejudicial à análise da Região, quando se utiliza fonte impressa para tal, é a falta de controle sobre a documentação gerada, principalmente a oficial. O intercâmbio entre as instituições nem sempre é constante, não vendo uma aprendizagem de conscientização social que possibilite a democratização da informação.

Pela desvinculação institucional observa-se uma grande duplicidade de pesquisas e projetos, que poderiam provavelmente ser evitadas, caso o entrosamento institucional fosse mais efetivo e não estivesse baseado apenas na figura dirigente.

Além da duplicidade de projetos e pesquisas, ocorrem, também uma duplicidade na editoração de textos, que às vezes são impressos apenas com mudanças no título ou pequenas alterações no conteúdo. Isso se dá porque algumas instituições não possuem gráficas próprias, ou, quando as possuem, estas não estão filiadas às divisões de documentação ou bibliotecas, para que se faça o efetivo controle da produção intelectual da instituição. Ou ainda, pela compulsão institu

ional de publicar, independentemente da qualidade dos conteúdos.

É indiscutível que a maioria das pesquisas em andamento no país - e na Amazônia isso não é exceção - nascem, via de regra, no seio de uma burocracia institucional, nem sempre incentivadora do desenvolvimento de pesquisas, na medida em que os planos, programas de trabalho e, principalmente, os orçamentos anuais são os principais definidores do comportamento científico das instituições.

Historicamente, a pesquisa se inicia, na Região, por volta do ano de 1866, com a criação do Museu Paraense*, isto embora os registros oficiais informem que "as primeiras pesquisas ou relatórios de pesquisas datam exatamente de 1900".

Hoje, são inúmeros os órgãos regionais que atuam nessa área, mas, aqui, serão caracterizados apenas aqueles que participaram do Projeto Rebam.

) O Museu Paraense Emílio Goeldi é, talvez, a instituição mais antiga que atua na Amazônia. Foi fundado em Belém, no ano de 1866, com suas atividades científicas voltadas para as áreas de Ciências Naturais e Antropologia. Até há bem pouco tempo atrás, era um órgão vinculado administrativamente ao Ministério da Educação e Cultura.

Atualmente Museu Paraense "Emílio Goeldi".

tratativamente ao Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (Inpa) estando, atualmente, diretamente subordinado ao CNPq.

- (b) Em 1919 dá-se a criação da Faculdade de Medicina do Estado. Nessa época a pesquisa ganha impulso. A Faculdade serviu como núcleo inicial à constituição da Universidade Federal do Pará (UFPA), o que ocorreu em 1957. Administrativamente a UFPA está vinculada ao Ministério de Educação e Cultura (Mec) e é mantida principalmente pelo Governo Federal. Em 1974, a Universidade, até então uma instituição de ensino, assumiu também o papel de financiadora de pesquisas através da implantação do Escritório de Administração da Pesquisa.
- (c) Em 1939 foi criado o Instituto Agrônomo do Norte (Ian) que, em 1962, passou a ser denominado Instituto de Pesquisas Agropecuárias do Norte (Ipean) e, em 1976, Centro de Pesquisas Agropecuárias do Trópico Úmido (Cpatu) vinculados à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Sua área de pesquisa concentra-se, desde a sua criação, na Agropecuária e Ciências afins.
- (d) O Banco da Amazônia S/A (Basa) foi criado pelo Governo brasileiro em 1942 (Decreto-Lei 4451) e, durante a sua existência, sofreu várias alterações na sua denominação,

tendo sido, inicialmente, Banco de Crédito da Borracha . E uma instituição financeira de capital aberto, vinculada ao Ministério do Interior (Minter), exercendo a função mista de banco de desenvolvimento e banco comercial e atuando como agente financeiro para a aplicação de recursos na Região.

- (e) O ano de 1952 trouxe para a Amazônia Legal o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), embora só tenha sido implantado realmente em 1954, na cidade de Manaus. Tem como áreas de pesquisa a Patologia Tropical, a Ecologia e a Pesquisa Florestal. Administrativamente encontra-se vinculado ao CNPq.
- (f) A Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), é o órgão responsável pela integração regional, planejamento da ação econômica, coordenação e controle da ação do Governo Federal na Amazônia Legal. A partir de 1966 passa a ser uma autarquia federal, também vinculada ao Ministério do Interior, com sede na cidade de Belém. É considerada, realmente, como a primeira agência financiadora de pesquisas e projetos para a Região.
- (g) O Instituto do Desenvolvimento Econômico-Social do Pará (Idesp) tem suas origens no ano de 1961. Também sofreu

alterações na sua denominação, tendo sido conhecido durante algum tempo como Conselho de Política de Desenvolvimento Econômico do Pará (Condepa). É uma autarquia, subordinada diretamente ao Governo do Estado, que se dedica à pesquisa, planejamento e assessoria nas áreas de Recursos Naturais, Pesquisa Sócio-Econômicas e Estatística Estadual. O Idesp atua somente no âmbito do Estado do Pará.

- (h) A Comissão de Desenvolvimento do Estado do Amazonas (Codeama) também é uma autarquia estadual, instituída em 1946, com sede em Manaus, e que tem como atividade básica o planejamento sócio-econômico do Estado.

O Idesp e a Codeama são os únicos órgãos, entre aqueles que integraram a Rebam, com vinculação direta aos governos de seus Estados e sem nenhuma subordinação a instituições federais.

- i) O Instituto de Pesquisas Agropecuárias da Amazônia Ocidental (Ipeaooc) tem sua sede na cidade de Manaus e sua criação data de 1969. A principal área de pesquisa desse Instituto é a Agropecuária e seu âmbito de atuação se estende a toda a Amazônia Ocidental*. Está vinculado admi-

A Amazônia Ocidental está situada no Alto Solimões e na região de fronteira ao sudoeste e ao noroeste. "... constituem a grande área extrativista florestal".

nistrativa e financeiramente à Embrapa.

-) Ainda na cidade de Manaus, está a Fundação Universidade do Amazonas (Fuam), como instituição de ensino superior, fundada em 1962.

-) A Fundação Universidade do Maranhão (Fum), que é o resultado da fusão, em 1966, da antiga Universidade do Maranhão e das Faculdades de Direito, Farmácia e Odontologia. É uma entidade de direito privado que objetiva o ensino, a pesquisa e a extensão. Possui recursos próprios.

-) Fundada em 1971, a Fundação Universidade Federal de Mato Grosso (Fumt), com sede na cidade de Cuiabá, tem suas atividades voltadas para o ensino e a pesquisa com ênfase nas áreas de recursos naturais e estrutura urbana da Região. Seus recursos são próprios.

Estas são as 12 (doze) instituições que integraram ebam. Entretanto, de nada vale o número de organismos dedicados à pesquisa se não houver uma comunidade científica e ativa e ativa, bem como toda uma infra-estrutura que possibilite a viabilização, execução e comunicação dos trabalhos efetuados nas mais diversas áreas.

E bem verdade que a comunidade de cientistas e pes^

quisadores amazônicos ainda não é uma unidade coesa, capaz de possuir força de pressão suficiente para impedir que alguns problemas ocorram. Via de regra essa comunidade ou grupos de pesquisadores está dispersa pelas entidades alocadas na Região e tem como diretrizes, não as normas do grupo, enquanto grupo científico, mas sim as diretrizes das instituições às quais pertencem.

Por sua vez a pesquisa nos órgãos oficiais está subordinada a alguns fatores, como por exemplo, os problemas advindos da rivalidade política entre administrações. Essa rivalidade emperra o desenvolvimento da pesquisa e, às vezes, da própria Região, na medida em que, não somente gera a duplicidade de estudos e projetos, como também favorece a descontinuidade desses mesmos estudos e projetos. Assim, pesquisas são interrompidas sem o necessário questionamento sobre a sua necessidade e as conseqüências da interrupção para o órgão que a está executando, para o Estado, para a população e para a Região.

Com o intuito de contribuir de alguma forma para sanar a ocorrência desses fatos, a Rebam foi instituída; pelo menos essa era uma das atribuições da Rede, na visão dos bibliotecários. Entretanto, não deve ser esquecido o fato de que a Rebam, enquanto reunião de órgãos e/ou administrações, encerrava em si o somatório das próprias contradições de cada um de seus elementos.

A Rebam possui objetivos e contradições, e assume tantos papéis quanto a própria Amazônia. Tudo vai depender do prisma sob o qual elas - Região e Rede - forerri' analisadas.

CITAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS

PONTE, Tereza M.F.X. A reapropriação da Ciência pelo povo.
In: HÉBETTE, J. Ciência e Tecnologia para Amazônia. Belém, UFFa/Naes, 1983. p. 143 (Cadernos Naea, 7).

TUPIASSÚ, Amílcar. A literatura sobre a Amazônia e o Pará.
s.n.t. (mimeog.).

RIBEIRO, N.F. As instituições regionais. In: HÉBETTE, J.
Ciência e Tecnologia para Amazônia. Belém, UFFa/Naes,
1983. p. 128 (Cadernos Naea, 7).

BENCHIMOL, S. Amazônia: um pouco-antes e além-depois. Manaus,
Umberto Calderaro, 1977. p. 496.

"Na época em que a vida na terra era plena, ninguém dava nenhuma atenção aos homens dignos, nem selecionava os homens capazes. Os soberanos eram os galhos mais altos das árvores e o povo era como cervos na floresta. Eram honestos e corretos, sem imaginar que 'estavam cumprindo com o seu dever'. Amavam-se mutuamente, e não sabiam que isso se chamava 'amor ao próximo'. Não enganavam a ninguém e, no entanto, não sabiam ser 'homens de confiança*. Podia-se contar com eles, e ignoravam que isto fosse a 'boa fé'. Viviam juntos e não sabiam que eram homens de bom coração. Por esse motivo seus feitos não foram narrados. Não se constituíram em história".

(Quando a vida era plena e não existia a História. Cnuang Tzu).

No início da década de 70 a Rebam ainda não existia, mas algumas instituições do Estado do Pará já esboçavam projetos de centros de informação, que congregassem e reunijs

sem a documentação gerada nessas instituições e no Estado , em áreas específicas.

O Basa projetou um Centro de Informações Amazônicas (Ciam), com a finalidade de fornecer informações e dados que subsidiassem a ação dos investidores e empresários da Região; a UFPa propôs a montagem de um Centro de Informações Técnico-Científicas da Amazônia (Citam) com destaque principal para a área sócio-econômica; o Idesp estudava a viabilidade de implantar o Centro de Informações Tecnológicas (Cit), visando prestar assessoria documental às atividades que objetivassem o desenvolvimento industrial do Pará. Os três sistemas propostos, a princípio, estariam dando cobertura documental às áreas básicas ao desenvolvimento econômico do Estado e da Região. Mas deve ficar bem claro que cada um deles buscava suprir os interesses específicos das instituições aos quais estavam filiados, na medida em que comprometiam unicamente seus orçamentos, seu pessoal e seus acervos. Seriam unidades individuais de informação sem nenhum compromisso formal com a cooperação.

Com o advento do Snict, nenhum desses projetos chegou a ser implantado. A partir da oportunidade criada pelo Projeto do Sistema Nacional, que previa o "Desenvolvimento da Amazônia" em um de seus sub-sistemas de informação, a idéia de uma rede regional começou a tomar corpo, tanto na mente dos administradores, como na dos bibliotecários, e os esfor-

ços foram congregados para que esse objetivo fosse alcançado.

Não é muito fácil resgatar o momento exato do início da concepção do Projeto Rebam, uma vez que, o movimento, para concretização da Rede, partiu de vários grupos:

Bom, historicamente, surgiu da idéia de implantação do Snict; então a Sudam resolveu implantar a Rebam. (ECP)

A Rebam surgiu, acho, que da idéia de um grupo, acho que foi sugestão de bibliotecários de Belém com outros bibliotecários de fora. (PROF.)

... eu me lembro que a idéia da Rede foi do Vicentini, porque ele veio para organizar, dar orientação na reorganização da biblioteca da Sudam. (RO)

Entretanto, o Relatório de Atividades da Rebam aponta a Sudam como a principal responsável pela idéia da Rede .

Com a inclusão do Sistema Nacional de Informações Científica e Tecnológica, como meta prioritária, no I Plano de Desenvolvimento Econômi

co e Social 1972/1974, preocupou-se a SUDAM em reunir aptidões e esforços, inicialmente no campo da informação documentária, através dos órgãos atuantes na Amazônia Legal, visando sistematizar e organizar os documentos existentes na Amazônia e, principalmente sobre esta, prestando assim inestimável cooperação ao Governo e à própria iniciativa particular.

No entanto é inegável que a visita do Professor Abner Lellis Corrêa Vicentini, à Belém, teve papel decisivo no convencimento das autoridades locais para a colaboração da Região com o Sistema.

Essa visita ocorreu no ano de 1972, a convite da Sudam, com o objetivo primeiro de prestar assessoria na organização da Divisão de Documentação daquela instituição.

Aproveitando o envolvimento daquele profissional com os estudos para constituição do Snict, alguns órgãos* da Região, localizados em Belém, se reuniram** a fim de que fosse esclarecida a estrutura e importância do Sistema e discutida a possibilidade de implantação do Sub-sistema de Informação para a Amazônia, que, a princípio, seria estruturado

* Museu Paraense "Emílio Goeldi", UFPa, Idesp, Ipean, Basa e ; Sudam.

♦* 16 de outubro de 1972.

como uma rede regional, com o propósito de se constituir em catalisadora das informações geradas pelas instituições que a ela estivessem filiadas, favorecendo a cooperação, ao mesmo tempo em que tornaria as informações, sob sua guarda, disponíveis aos órgãos governamentais, empresas privadas e pessoas físicas de todo o território nacional e de fora dele.

Essa rede regional teria caráter geral em relação às áreas do conhecimento humano, mas seria especializada quanto à área de abrangência, na medida em que a Amazônia foi tratada pela Rebam como o seu assunto principal.

Entretanto, antes mesmo de sua formalização, houve uma certa disputa quanto ao órgão que gerenciaria tal empreendimento. Basicamente, a concorrência ficou entre a UFPa, por ser uma instituição de ensino e ter em seu espaço o Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (Naea), dedicado a estudar os problemas regionais, e a Sudam que é a entidade responsável pelo desenvolvimento regional.

... a Universidade achava que ela era a 'mãe da criança', houve até um quiprocó entre Câmara Sena* e o Aluizio Chaves, que era Reitor nessa época. (DBt)

* Superintendente da Sudam na época em que a Rebam foi implantada.

Havia, na época, uma disputa de quem seria o *pai da criança'-por que a Sudam e não outro? - de não quererem dar as coisas, sa-
bes como é. Acontece o seguinte: a Sudam ,
como órgão de desenvolvimento regional, na-
da mais lógico que com ele estivesse o sis-
tema de informações da Amazônia. (ECP)

... eu não sei como essas duas idéias se
misturaram, quer dizer, veio de um lado a
sensibilidade do Superintendente da Sudam,
sob um interesse, sob uma visão de documen-
tação da Amazônia muito ampla e veio o in-
teresse da Universidade... (RO)

Definida a querela principalmente em função dos re-
cursos financeiros disponíveis e da penetração política, fi-
cou estipulado que a Sudam se responsabilizaria pelo Projeto.

"A SUDAM solicitou assessoria da Universidade de
São Paulo - USP, para a implantação da Rede" .
2

A SUDAM coube a aplicação dos recursos da ordem
de Cr\$ 394.044,00, bem como convidar os órgãos
atuantes na Amazônia Legal para se fazerem pre-
sentes através de bibliotecários, na fase do
treinamento e implantação da Rede. Coube tam-
bém a aquisição dos equipamentos e material de

consumo necessários ao funcionamento do Projeto, além de montar um ciclo de estudos e palestras sobre a Amazônia e divulgar os resultados obtidos com a Rede, cedendo ainda suas dependências para o funcionamento do Programa".

Visando estender o programa a outras unidades da Amazônia Legal, a SUDAM entrou em contato com órgãos sediados em Mato Grosso, Amazonas, Goiás e Maranhão...^

Todas as ações acima referidas, parecem-me, seriam atribuições específicas da Rebam. Com isso, entretanto, não estou querendo afirmar que a Sudam agiu de forma insidiosa ou usou o Projeto em benefício próprio; meu propósito é ressaltar que a Rebam não possuía a menor autonomia para seu funcionamento, o que possibilitou que, em dado momento, a Rebam, enquanto rede, perdesse sua identidade (ou talvez, fosse melhor dizer, que a Rebam, enquanto rede, não conseguiu sequer firmar sua real identidade.

A Rebam era uma estrutura nova, montada no mesmo espaço de uma outra estrutura que já estava funcionando há algum tempo e, por isso mesmo, reconhecida. O planejamento da nova rede e a sua concretização iriam influir, diretamente, na organização da estrutura antiga, levando esta a algumas formas de modificação, nem aceitas ou desejadas.

A convivência, não foi pacífica, os conflitos foram inevitáveis, tendo em vista os objetivos e interesses divergentes que atravessaram as duas estruturas - Rebam e Sudam.

No meio bibliotecário, é ponto pacífico que a Rebam era reconhecida como, efetivamente, uma rede regional em funcionamento, principalmente por ser uma iniciativa pioneira no país. Mas, e para os usuários? A Rebam chegou realmente a existir? Parece-me que não.

... fica difícil avaliar se era isso, realmente, o que o pessoal queria. Isso era o que nós achávamos que era viável fazer. (ECP)

O "Protocolo de Intenções", que formalizou a existência da Rebam, foi assinado em 16 de março de 1973, pelos administradores da Sudam, UFFa, Museu Paraense "Emílio Soeldi", Basa, Idesp e Ipean e ali cada um se comprometeu a colaborar, tanto financeiramente como em termos de recursos humanos e materiais.

E aí houve aquela estória toda, reúne todos os dirigentes, assina o Protocolo de Intenções, que na realidade não passou, realmente de Protocolo de Intenções. (DBt)

Uma das coisas mais sérias é que todo mundo se comprometeu e não cumpriu. (ECP)

Com êxcessão desse Protocolo, onde cada órgão "per-
mitia" que suas bibliotecas ou centros de documentação part_i
cipassem do Projeto e se comprometessem a reunir forças para
o bom andamento da Rede, não se tem notícia de qualquer ou-
tro instrumento legal que oficializasse essas intenções e es-
tipulasse a contrapartida de cada elemento a curto, médio e
longo prazo. Não consta de nenhum planejamento orçamentário
anual a Rebam como atividade de cada instituição.

Mas não havia um compromisso oficial de colo-
car no seu orçamento x cruzeiros para o Proje-
to. (DBt)

O comprometimento ou a participação de cada entidjs
de acaba por se resumir em mandar seu pessoal técnico para
ser treinado pela Rede e em fornecer seus acervos sobre a
Amazônia para que esses fossem tratados nos moldes propostos
pela Rebam. Esse caráter oficioso da participação dos elemejn
tos da Rebam deve-se a uma "falta de interesse" das institui-
ções filiadas? Ou será que a superioridade financeira da
Sudam inibia qualquer outra iniciativa? Será que apenas o Su-
perintendente da Sudam estava sensibilizado para o problema
[da dispersão da documentação amazônica? Ou será que os **obje-
ctivos** eram por demais faraônicos para que fossem atingidos ?
A Rebam não teria sido mais um dos grandes projetos instala-
idos da Região, para satisfazer a interesses de poucos?

Estruturalmente, a Rebam foi constituída por seus
[elementos integrantes, por um órgão de Coordenação Geral e

Operação e por uma Comissão de Coordenação Técnica (CCT).

Como já foi dito, a Coordenação Geral ficou a cargo da Sudam, que se responsabilizaria pela promoção dos "... meios disponíveis para o funcionamento da REBAM", promovendo "a execução dos trabalhos, planos e programas aprovados pela Comissão de Coordenação Técnica"⁵.

A Sudam é que tinha o dinheiro. (ECP)

Para a implantação do Projeto, a responsabilidade era da Sudam. (ECP)

"Na reunião de discussão do Regulamento* foi decidido que a Sudam seria o coordenador e o Basa o vice-coordenador, por pertencerem ao Mesmo Ministério"⁶.

Os chefes dos centros de documentação ou bibliotecas formavam a CCT, por conseguinte tinham voz deliberativa e consultiva apenas no que dizia respeito às atividades técnicas de caráter interno da Rede ou das unidades de documentação filiadas. Apesar de serem oficialmente, os representantes das instituições, esses elementos, não tinham nenhum poder político institucional para deliberar sobre outras questões.

•Reunião realizada na Sudam no dia 16 de maio de 1973, com a presença dos dirigentes e chefes das unidades de documentação que integrariam a Rebam.

**Minter.

... era a tal estória 'vá prá lá e você é a minha representante*, mas eu não tinha poder de decisão, principalmente, em termos financeiros. Eu decidia em termos técnicos, aquelas nossas decisões, mas chegava na hora dos impasses empacava o negócio... (DBt)

A execução do Projeto estava calcada no desenvolvimento de quatro Programas:

- Programa 1 - Comunicação e Aperfeiçoamento
- Programa 2 - Catálogo Coletivo
- Programa 3 - Organização da Biblioteca da Sudam
- Programa 4 - Sistema de Informações para a Amazônia (Siama).

Mas antes que cada um desses Programas tivesse início, fazia-se necessário um treinamento, a fim de qualificar o pessoal técnico que daria andamento ao Projeto.

O pessoal técnico estava caracterizado da seguinte forma: 20 elementos contratados especificamente para trabalharem na Rede, um representante oficial de cada entidade participante*, duas professoras do Curso de Biblioteconomia, para prestarem assessoria, e um bibliotecário programador tam-

* Contudo a UFPA se fazia representar por dois elementos, o Ipean por três e a Sudam por quatro.

bem contratado para o Projeto.

O treinamento proposto foi obtido mediante a assinatura de um convênio* entre a Sudam e o Idesp no qual a Universidade de São Paulo (Usp), através de sua Escola de Biblioteconomia, seria a entidade responsável pelo cumprimento dessa tarefa. O treinamento se dividiu em duas partes, tendo sido realizado em primeiro lugar um ciclo de palestras sobre a realidade amazônica, proferida por elementos das instituições integrantes da Rebam, sediadas em Belém. Em segundo lugar veio o treinamento propriamente dito, que se constituiu de um Curso de Especialização com a duração de mais ou menos três meses**, perfazendo um total de 524 horas/aula.

Além dos cursos, a Usp foi responsável, também, pela seleção do pessoal que seria contratado para trabalhar no Projeto e sobre esta seleção o Relatório de Avaliação da Usp declara que "o número reduzido de candidatos e a pouca expressividade profissional foram fatores que limitaram o melhor nível de seleção".

Isso implica em dizer que o pessoal selecionado e contratado para desenvolver e manter o Projeto (sim, porque os representantes oficiais voltariam para as suas instituições de origem), não possuía requisitos suficientes para le-

* Convênio 080/73 - Sudam/Idesp/USP

** De 9 de agosto a 31 de outubro de 1973.

var adiante tal empreendimento, na medida em que a maioria não possuía experiência profissional suficiente e algumas úa aquelas bibliotecárias jamais haviam trabalhado em Biblioteconomia.

Contudo, quanto aos resultados obtidos com o treinamento, o mesmo relatório considera o nível de aproveitamento razoável, apontando, no entanto, alguns fatores que impediram que melhores índices fossem alcançados. Dentre esses fatores estão:

- a) tempo - apesar da carga horária prevista ter sido bastante intensa, não foi suficiente para permitir um estudo mais detalhado e profundo de ambas as técnicas;
- b) desnível - houve um acentuado desnível de potencialidade de aprendizagem, entre os elementos componentes ao grupo de alunas. Enquanto algumas possuíam uma boa dose de conhecimentos teóricos e culturais, ainda que em outras áreas, outras não possuíam um mínimo dos mesmos conhecimentos;
- c) necessidade continua de reciclagem - o referido desnível obrigou um contínuo processo de reciclagem, pelo retorno à matéria já dada ou por novas provas de avaliação de aprendizagem;
- d) imaturidade - a imaturidade profissional de alguns elementos, influiu no desenrolar do curso, motivando desajustes que refletiram

diretamente no aproveitamento;

- e) falta de seleção prévia do material - influenciou sobretudo na fase de classificação quando as alunas não puderam ter orientação conjunta, uma vez que o material era totalmente desconhecido tanto para a Assessoria como para as alunas^.

Por estas observações, percebe-se que o pessoal não estava, de todo, preparado para enfrentar o desafio que representa a montagem de uma rede, principalmente nos moldes em que a Rebam foi planejada e com a grandiosidade dos objetivos a que se propunha.

Contudo, é ainda o mesmo Relatório que diz que " o aproveitamento global foi suficiente para o trabalho na KEBAM, através de condições mínimas de especialização" .

Ora, é do conhecimento de todos que um dos pontos fundamentais para a constituição de uma rede é a qualificação técnica do pessoal que vai operá-la. Será que "condições mínimas" são o bastante para fazer funcionar uma rede?

De posse do Relatório de Avaliação da Usp, a Rebam deveria saber que seu pessoal não estava tão bem preparado assim (à exceção de alguns). Portanto, não teria sido mais viável retardar um pouco mais a implantação e reforçar a qualificação? Ou será que esse Relatório não foi encaminhado à

CCT? Nas atas das reuniões dessa Comissão, em nenhum momento é mencionada ou discutida a qualificação técnica do pessoal ou a avaliação que foi feita pela Usp.

O Relatório soa ambíguo, deixando margem a múltiplas interpretações, na medida em que, em determinadas ocasiões, apresenta uma atitude avaliativa com base no concreto e, no momento seguinte, contemporiza a situação, como que tentando justificar a eficácia do planejamento e a eficiência da Assessoria, salvando a responsabilidade por qualquer falha eventual e responsabilizando por essas a deficiência de qualificação técnica. Afirma, em certas ocasiões, que o pessoal é fraco tecnicamente, mas, assim mesmo, capaz de implantar e manter uma Rede.

Entretanto, para as alunas, o treinamento foi considerado válido.

|
|
|
|

' ... nós não tivemos nada de glorioso, excepcional, nem de alto nível, mas foi um passo muito importante, inclusive porque nós tínhamos uma minoria que tinha tido a oportunidade de fazer especialização lá fora e, com a USP aqui, com alguns elementos da Usp aqui, nós tivemos a oportunidade de dar um treinamento, uma outra visão de documentação... (RO)

O treinamento foi importante, deu uma sacudida, inclusive no sentido de incentivar o estudo. Nós estávamos muito paradas... (ECP)

... o pessoal que veio da USP não era de altíssimo nível, porém, foi um pessoal de uma dedicação incrível, assim, de um interesse! Comprou a idéia da gente, sabe? Procurou se tornar igual, vivendo o problema, sofrendo conosco, reivindicando, dando toda a força. Nesse sentido, eu acho que foi positivo, e no sentido de treinamento, de movimentação de pessoal também. (RO)

... teve muita gente que foi prá lá com o espírito de mais um cursinho, sem assumir o espírito da Rede. (RO)

Acho que tudo que eu aprendi lá e que eu sei até hoje eu agradeço muito àquela equipe que nos treinou, ao pessoal da Usp. (ECP)

Em questões de treinamento ele divagou, ele não foi muito objetivo. (ECP)

O treinamento estava voltado para o tratamento do material. (ECP)

documentários da Região. Esse Programa tinha também, como atividade, a montagem da Depositária Central de Duplicatas para servir de suporte às bibliotecas na complementação de seus acervos.

O Catálogo Coletivo Nacional (CCN), que durante muito tempo teve como sede a Biblioteca Central da UFPa, após a criação da Rebam, passou a ser aí atualizado e sediado. Mais tarde, quando a Rebam enfrenta o seu período de declínio, o CCN volta para a UFPa sem que haja qualquer questionamento.

Aproveitando o fato de a Rebam reunir a documentação da Amazônia e ser, de certa maneira, uma espécie de depositária regional, a Biblioteca Nacional a incumbem de fiscalizar o envio das publicações oficiais para o cumprimento do depósito legal. Tal medida foi efetuada durante todo o período de existência da Rede. Hoje, cada instituição é responsável pelo envio individual de sua produção, muito embora isso não signifique que todas as publicações produzidas na Região estejam depositadas na Biblioteca Nacional.

O Programa sobre o Sistema de Informações para a Amazônia (Siama) tinha por objetivo informar a respeito dos recursos humanos especializados existentes nas instituições buscando colocá-los em intercâmbio, informando sobre as pesquisas realizadas e em execução na Região, através do Guia
1
♦."Instituições Especialistas e Pesquisadores da Amazônia" ,

Realmente, todo o treinamento foi montado com base no tratamento técnico da documentação, não havendo nenhuma preparação prévia sobre o que seria uma rede de bibliotecas, como ela se estrutura, como funciona, quais são suas implicações políticas, econômicas, sociais e culturais.

Inicialmente, as pessoas **que** participaram do Projeto, **eu** acho **que** a grande maioria, não **ti**nha idéia do que **era** um sistema, do **que** era uma **rede**. (ECP).

O início da implantação da Rede estava sob a assessoria direta do Professor Alfredo Américo Hamar e se constituiu, em primeiro lugar,

na elaboração da estrutura organizacional da Divisão de Documentação da SUDAM, **que** **entre** outras unidades previa a 'Coordenação Executiva da REBAM': **uma** unidade **de** **a** **poio** da Divisão de Documentação da SUDAM, nas funções **de** coordenadora e executora dos programas de trabalho da Rede, cujas atividades foram escalonadas segundo **um** **critério** **de** prioridades'^.

Na realidade, a Organização da Divisão de Documentação da SUDAM - que não deveria ter sido incluída como um

Programa da Rede, mas antes como um projeto à parte - foi efetivamente o Programa prioritário da Sudam. Inclusive, durante a última reunião da CCT, um dos representantes da Sudam*, declarou considerar a Rebam "como um programa da Divisão de

11

Documentação" , muito embora essa não tenha sido, em hipótese alguma, a idéia inicial da Rede.

Para melhor cobrir a execução de cada um dos Programas propostos, o pessoal técnico, ainda na fase de treinamento, foi dividido em grupos segundo cada Programa.

O grupo responsável pelo Programa de Comunicação e Aperfeiçoamento era o encarregado da divulgação formal das realizações da Rede, da constante avaliação das atividades desenvolvidas internamente, do treinamento dos usuários, além de ser também, o responsável pela implantação a longo prazo, dos sub-centros da Rebam que se localizariam nos demais Estados da Amazônia Legal.

O Programa do Catálogo Coletivo era o responsável por informar aos usuários a localização da documentação amazônica espalhada pelas diversas bibliotecas participantes, facilitando o empréstimo entre as unidades de documentação, além de planejar um sistema de aquisição planejada com o objetivo de possibilitar um melhor aproveitamento dos recursos

*Fala do Coordenador de Informática, após a mudança do governo, em 1975.

além de elaborar um tesouro de termos amazônicos e promover a disseminação seletiva da informação.

É fato que os objetivos de cada Programa são por demais ambiciosos, principalmente se levada em consideração a quantidade de pessoal técnico envolvido no trabalho da Rede como um todo*.

A nível interno de execução dos Programas, a Rebam, a princípio, funcionou muito bem, apresentando resultados concretos quase que imediatos, na forma de suas publicações e Guias. Isso se deu, basicamente, pelo fato de que o início de todos os trabalhos ou os subsídios para os Programas hajam ocorrido de forma paralela aos treinamentos e assessorias.

A Rebam idealizada pelos bibliotecários, era uma reunião de sistemas de documentação que concordaram em cooperar e compartilhar recursos em bases iguais, tendo como elemento comum a área geográfica onde atuam, objetivando a reunião da documentação amazônica.

Entretanto, é conveniente ressaltar que essa Rede não reuniu, apenas, as unidades de documentação, mas também, os problemas, contradições e disputas que estavam contidas em cada uma das instituições que as mantinham. Ao mesmo tem-

* Somaram ao todo 40 profissionais, dos quais 20 eram elementos contratados para o Projeto e 20 eram representantes oficiais das instituições.

po, ainda que a Rebam passuísse um núcleo gerenciador de todas as suas atividades internas, este estava subordinado, de todas as formas possíveis, a uma única instituição, ou seja, a Sudam. A Rebam manteve-se não como algo independente e autônomo, mas como projeto interno da Sudam, o qual poderia eventualmente ser compartilhado por outras instituições. Uma rede não pode pertencer a uma instituição apenas. Uma rede se baseia na cooperação e, portanto, se caracteriza pela ausência de propriedade definida.

De certa maneira a situação de -predomínio da Sudam sobre os demais elementos se tornou possível, uma vez que , durante todo o tempo de existência da Rebam, o único órgão que, efetivamente, investiu recursos orçamentários no Projeto foi a Sudam. As razões podem ser atribuídas tanto a questões de interesse particular dessa instituição, como a questão de vantagens orçamentárias.

Para se ter uma idéia da ordem de grandeza, no ano de 1974, a Sudam dispunha de um orçamento estipulado em Cr\$ 89.000.000,00 (oitenta e nove milhões de cruzeiros) ¹². A JORN* de janeiro daquele ano estava cotada em Cr\$ 80,62** (oitenta cruzeiros e sessenta e dois centavos), portanto, esse valor orçamentário correspondia a aproximadamente 1.103.945 (um milhão, cento e três mil, novecentos e quarenta e cinco)

* Obrigações Reajustáveis do tesouro Nacional.

** Dado fornecido pelo Banco Nacional da Habitação (BNH)

ORTNs. Hoje, esse valor corresponde, segundo a ORTN de novembro de 1985, cotada em Cr\$ 63.547,22 (sessenta e três mil, quinhentos e quarenta e sete cruzeiros e vinte e dois centavos), à soma aproximada de Cr\$ 70.152.635.582,90 (setenta bilhões, cento e cinquenta e dois milhões, seiscentos e trinta e cinco mil, quinhentos e oitenta e dois cruzeiros e noventa centavos),

| Todas as demais instituições participantes limitaram sua colaboração ao fornecimento de material de consumo, pessoal para trabalhar na Rede e disponibilidade dos equipamentos, pessoal e material gráfico existente nas instituições que também eram editoras.

Tanto para o período de treinamento quanto para a instituição e manutenção da Rede, foram firmados convênios entre o Idesp e a Sudam. E aqui se dá um fato curioso. Em todos os convênios firmados, o Idesp, denominado Executor, responsabilizava-se pela parte referente a pessoal (pagamento de horas trabalhadas, contratações, demissões, pagamentos de férias, compra de passagens aéreas, etc.) com a verba que lhe era repassada pela Sudam via uma conta vinculada no Banco. Enfim, o Idesp admitia os funcionários e a Sudam pagava. Ora, e era do conhecimento geral que toda a dotação orçamentária da Rebam provinha dos recursos da Sudam, porque o Idesp era intermediário para pagamento das despesas de pessoal? Por

que não o Basa? Que fato político era velado por tal artifício administrativo?

Para que a Rebam pudesse existir, foram assinados, basicamente, dois convênios*, sendo que, ao segundo, foram acrescentados três Termos Aditivos como forma de suplementação de verba.

Tais Convênios objetivavam cobrir as despesas de pessoal (treinamento e recursos humanos para implantação e manutenção da Rebam e para organizar a Biblioteca da Sudam), havendo totalizado Cr\$ 2.577.140,00 (dois milhões, quinhentos e setenta e sete mil, cento e quarenta cruzeiros). Esse valor, corrigido segundo a ORTN de novembro de 1985**, atinge a soma de Cr\$ 1.796.213.352,18 (um bilhão, setecentos e noventa e seis milhões, duzentos e treze mil, trezentos e cinquenta e dois cruzeiros e dezoito centavos).

Note-se que nestes valores não estão computados os gastos com material de consumo, equipamentos, materiais gráficos, etc.; só estão incluídos os gastos com pessoal. Fica difícil computar os gastos totais, uma vez que grande parte desses materiais foram fornecidos pelas demais instituições e o gasto total da Rede nunca foi divulgado oficialmente.

* Convênio 080/73 e Convênio 002/74.

** A ORTN de novembro de 1985 foi de Cr\$ 63.547,22 (sessenta e três mil, quinhentos e quarenta e sete cruzeiros e vinte e dois centavos).

Não sei; sei que foi muito dinheiro,
mas não sei quanto. (PROF.)

Não tenho a mínima idéia, mas acredito
que tenha sido um montante..., eu não
sei nem de que tamanho, porque naquela
ocasião., eu me lembro, todas as profejs
soras recebiam muito bem, as passagens
eram pagas por essa Rede, o material
todo que nós precisávamos era a Rede
que nos cedia. Então, eu acredito que
tenha sido um projeto caríssimo, daí
porque, até hoje, eu não me conformo
de não ter sido colocado prá frente.
(PROF.)

Eu trabalhei nisso, mas não sei te di-
zer quanto foi o total, só sei que foi
altíssimo. (ECP)

Não sei. Sei que houve muito desperdício.
(...) Desperdício de material, de
dinheiro, cópias xerox a granel. Naque-
le tempo tinha condições, então foi um
desperdício financeiro muito grande.
(RO)

O ano de 1974 assinala o ápice d' > Rebam. Seus Pro

gramas estão a todo vapor, seus produtos* são, aos poucos , divulgados. Mas 1974 é, também, o ano do início das disputas por espaço e poder das brigas oficiais e pessoais.

A Rebam começa a produzir serviços. Paralelamente, a Biblioteca da Sudam torna-se organizada. As duas estruturas começam a se sobrepor.

O fato de a Rebam funcionar no mesmo espaço físico da Sudam e junto à Coordenadoria de Informática, à qual estava subordinada a Divisão de Documentação (Biblioteca da Sudam), de certa forma impede que a primeira se fixe como uma Rede de fato. Os objetivos das duas unidades começaram a se confundir, a se interpor. Tornou-se difícil, com o passar do tempo, distinguir quem era quem:

A Biblioteca da Sudam, de certa forma, conseguiu um bom status com o Projeto, na medida em que muitos usuários, que necessitavam de informação e a ela recorriam, tinham suas necessidades satisfeitas ou suas questões respondidas, pelo trabalho efetuado no Projeto Rebam, embora isso não ficasse claro, princi -

* "Rebam Informa", Guia "Instituições Especialistas e Pesquisadores da Amazônia", "Pesquisas Amazônicas", "Bibliografia Amazônica", Documentação Amazônica - Catálogo Coletivo"

palmente durante a fase de declínio do Projeto. (ECP)

Essa falta de conhecimento, talvez, possa ser uma das razões para a ausência de pressão por parte dos usuários quando o Projeto começou a declinar. Eles não sabiam quem os estava atendendo; como, então, reivindicar algo cuja existência se ignora?

A divulgação dos trabalhos da Rebam, de certo modo, atingiu apenas uma parcela restrita da população. A nível de bibliotecários e das instituições que atuavam na área da documentação ou que tinham algum interesse pelas informações amazônicas, a Rebam existia e de maneira bastante forte. Seus serviços internos e seus atendimentos eram perfeitamente reconhecidos e com boa repercussão, conforme pode ser comprovado por alguns pronunciamentos recebidos pela Rede¹°.

Iniciativa magnífica, aplaudo-a sem reservas, pela utilidade de que se reveste e pela ajuda que pode levar ao conhecimento do que é real acerca da região, pondo-se fim à série de extravagâncias

e afirmativas fáceis que constituem uma constante, mesmo em áreas que deveriam estar preservadas de tal tipo de condução. (Arthur Reis, Conselho Federal de Educação).

Congratulações pelo excelente e pioneiro trabalho no sentido de unir os esforços para uma maior otimização dos trabalhos das bibliotecas amazônicas. (Conselho Federal de Biblioteconomia)

Desejo louvar aqui esse trabalho de alto mérito, como ainda expressar-lhe minha satisfação em vê-lo concluído, pois representa a concretização do projeto, ao qual, como ex-Reitor da Universidade Federal do Pará, dei integral apoio. (Dr. Aloysio Chaves, Governador do Estado do Pará)

Bem avalio a excepcional importância da adequada e ordenada documentação de referência para orientar os estudos que se hão de fazer para sustentar o desenvolvimento da Amazônia. Cumprimentando pelo êxito dessa realização inicial, faço os melhores votos para a sua continuidade, certo de que o espírito de cooperação mútua não há de faltar entre todos os órgãos e pesquisadores interessados. (Gen. Ivan Mendes, Comandante da 8ª Reg. Militar)

Il me sera, en effet, très utile dans ma recherche de documents sur l'Amazonie. Je vous remercie infiniment de votre collaboration. (Hélène de Doare, Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine).

Congratulations on the magnificent organization and publication of this book. It is the best of its kind that we have seen from any developing country*.

(P.A. Henn, Pergamon Press Ltd.)

Mas, e os usuários potenciais, e as instituições não integrantes, e aquelas não ligadas à área de documentação: sabiam da Rebam? Sabiam do seu papel? Sabiam como usá-la? Ou só conheciam a Biblioteca da Sudam?

Eu me lembro de algumas reuniões de que eu participei, em que houve reclamações de que a Rebam tinha virado Sudam. (RO)

Os conflitos, as disputas, tomam forma.

... as representantes do IDESP e UFPA**

* Grifado no original.

** Chefes das unidades de documentação dessas instituições e participantes da Comissão de Coordenação Técnica (CCT) da Rebam.

(...) informaram que estavam necessitando de pessoal para auxiliarem nas atividades da Rede e que, apesar de já terem solicitado essa colaboração há bastante tempo , até hoje não haviam sido atendidas em suas pretensões. A Sra. Presidente* informou quej no momento, se via impossibilitada de atendê-las, tendo em vista que havia recebido orientação do Sr. Coordenador de Informática para deslocar bibliotecárias do SIAMA e do CATÁLOGO COLETIVO para reforçarem o grupo que trabalha na organização da Biblioteca da SUDAM. Considerando que deveria ser organizada até o final do ano^

Contudo, as atividades dos dois Programas mencionados também tinham um prazo a cumprir, inclusive, por força dos próprios Convênios assinados. E conveniente ressaltar, também, que esses dois Programas eram os responsáveis diretos pela divulgação formal da Rede.via impressão e divulgação dos Guias e Catálogos.

As interrupções nas atividades desses grupos, fatalmente, levaram à reelaboração dos cronogramas de trabalho e, por conseguinte, a atrasos e enfraquecimento dos serviços

* Maria de Nazaré de F. Pereira, presidente da CCT.

internos da própria Rede. É óbvio **qu2** a pressão indireta da Sudam não deve ter sido usada como justificativa oficial para esses problemas da Rebam.

Um outro incidente, que também está registrado em ata e que denota o predomínio da estrutura da Sudam, de modo geral e em particular, a disputa individual, é o que se refere ao uso de um cargo, não reconhecido pela CCT e que dizia respeito diretamente às atividades da Rede.

♦As representantes do BASA, IDESP e UFPA* comunicaram ter recebido expediente referente a atividades técnicas do SIAMA, encaminhados através do Coordenador Csral da RE3AM, estranhando ser o cargo desconhecido até então'. Justificando (...) aquela representante informou que se o Sr. Coordenador de Informática da SUDAM assinasse os expedientes da Rede como titular da Coordenação ela *não poderia estranhar, uma vez que não desconhecia que o Dr. Antero Lopes** exercia tal encargo; entretanto, estranhou o fato de o cargo de Coordenador Geral da Rebam estar sendo exercido pelo Sr. Coorde*

- Chefes das Unidades de Documentação.
- ♦* Coordenador de Informática até 1975, quando se dá a mudança de Governo e administrações.

nador de Informática, considerando os seguintes aspectos: no regulamento da REBAM não existe o cargo; o regulamento prevê a penas um órgão de Coordenação Geral e Operações, a SUDAM, não dizendo se esta Coordenação será exercida pelo Superintendente, pelo Coordenador de Informática ou até mesmo pela própria chefia da Divisão de Documentação e ainda o fato de esta providência ter sido tomada sem que a CCT fosse justificada'.

Na tentativa de justificar ter chamado a si a Coordenação Geral da Rebam, o Sr. Coordenador de Informática diz

O Coordenador de Informática da SUDAM, Dr. Antero Lopes, antes de iniciar sua apreciação sobre o regulamento da REBAM, teceu algumas considerações a fim de esclarecer o motivo de ter tomado a iniciativa de assumir a REBAM, na parte referente a assinatura de ofícios tratando de assuntos técnicos e administrativos, em virtude do impedimento da Presidente e Vice-Presidente da CCT, simultaneamente. Na oportunidade, disse que em função do Convênio SUDAM/IDESP, representante do Museu Goeldi e Vice-Presi.

dente da CCT, Sra. Clara Galvão, não tem poderes para assinar expedientes administrativos, o que poderia causar problemas futuros. Esclareceu, também, que em virtude de uma série de medidas que deveriam ser tomadas, chamou a si a Coordenação Geral da REBAM, baseando-se, no Regimento da SUDAM".

No Regulamento oficial da Rebam, aprovado por Resolução do Conselho Deliberativo da Sudam, não consta o cargo de "Coordenador Geral da Rebam" e sim a função de Coordenação Geral e Operações que caberia a um órgão que, por força das circunstâncias, foi a Sudam.

Nesse sentido o "órgão" deveria estar representado pela figura de seu Superintendente que, é claro, poderia indicar alguém para representá-lo, muito embora não haja menção alguma de delegação dessa função, nos documentos pesquisados.

Mas, admitindo-se que a Sudam tenha nomeado o Sr. Antero, Coordenador de Informática, para desempenhar tal tarefa (o que não está explícito no depoimento, muito pelo contrário, o que está registrado possibilita deduzir que foi uma iniciativa individual), não justifica que tal medida tenha sido tomada à revelia dos membros da CCT, ainda mais que

o Regulamento da Rede deixa muito claro que a atribuição do "Órgão de Coordenação Geral e Operações" é a promoção de "meios disponíveis ao funcionamento da Rede, observando o disposto no art- 12"¹⁷

Art. 12 - A REBAM utilizará:

I - recursos que venham a ser destinados às tarefas comuns da REBAM pelas entidades membros, através de convênios;

II - recursos específicos consignados no orçamento da SUDAM; e

III - financiamentos internos e externos através do Órgão de Coordenação Geral e Operações¹⁰

Como se pode observar, em nenhum momento é mencionado que ao órgão ou a pessoa designada para assumir tal função está facultado o direito de assinar expedientes técnicos e administrativos de caráter interno da Rede.

Ao mencionar impedimento da Presidência e Vice-Presidência da CCT, tomando como base o convênio Sudam/

Idesp*, para assinarem documentação técnica e administrativa específicas da Rede, de certa maneira, caracteriza uma certa rivalidade pessoal do Coordenador de Informática para com a Presidência da CCT, na época, também chefe da Divisão de Documentação da Sudam.

Até então, tanto a Presidência quanto a Vice-Presidência, tinham total autonomia** para deliberar e assinar documentos de caráter interno da Rede, muito embora não o pudessem fazer no que dizia respeito a decisões que envolviam questões políticas como, por exemplo, convidar outros órgãos para participarem da Rebam ou aceitar pedidos de adesão. COBO foi o caso, por exemplo, da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) que, em determinada ocasião, mostrou Interesse em participar do Projeto. No entanto, tal pedido não pode ser aceito, tendo em vista informações fornecidas

A menção do Convênio é fato bastante estranho, já que o mesmo se refere à contratação e pagamento do pessoal recrutado para trabalhar na Rede e sem vínculo oficial com as instituições-membros. As duas pessoas mencionadas pelo Sr. Antero, eram representantes oficiais, com vínculo empregatício com a Sudam e Museu respectivamente, antes (nss) da implantação do Projeto e, portanto, sem qualquer relação direta com o citado Convênio, além de terem sido ambas eleitas pelos membros da CCT.

* Autonomia essa, do conhecimento do Sr. Coordenador de Informática conforme pode atestar a Ata da 129 Reunião Extraordinária da CCT e conforme o § 6^o do art. 82 do próprio Regulamento da Reoam¹⁵»¹⁶ -

pela Procuradoria Geral da Sudam que dizia não ser possível fazer nenhum aditivo de novo elemento "uma vez que existe somente um Protocolo de Intenções e não chegou a ser firmado um convênio" ' .

Durante a sua existência, a Rebam funcionou baseada apenas no Protocolo de Intenções e no Regulamento da Rede, muito embora o art. 15 desse Regulamento previsse que:

Art. 15 - O presente regulamento entrará em vigor na data de aprovação do Convênio, celebrado com essa finalidade, pelas unidades membros, sob a forma de termo aditivo ao Protocolo de Intenções, e a qualquer momento revisto ou alterado
22
através do mesmo processo

O Convênio que legalizava a existência da Rede nunca chegou a ser firmado. Na época do início da Rebam e da aprovação do Regulamento, quando a UFPa sugeriu que fosse firmado o Convênio entre as partes, a Assessoria Jurídica da Sudam ao examinar o assunto "... se manifestou contrária à celebração de um convênio entre as partes para aprovação do regulamento; entretanto, não modificou a redação do artigo

é no mínimo estranho o fato de o Regulamento ter sido aprovado sem modificação, havendo um parecer desfavorável da Assessoria Jurídica da Sudam.

Contudo tal parecer e a ausência do cumprimento do artigo não impediu, a princípio, que a Rebam se desenvolvesse e gerasse produtos. Entretanto, as questões de interesse político eram sempre decididas e resolvidas pela Sudam.

É também declaração do Sr. Coordenador de Informática que as titulares dos cargos de Presidência e Vice-Presidência da CCT estavam impedidas de assinar qualquer documento, sob pena de provocarem "problemas futuros". Até aquela data tais problemas não tinham surgido e, depois, que tipo de problemas essas duas pessoas poderiam provocar, assinando expedientes de interesse para a Rede? Por que, a partir do momento em que a Rebam começa a se fortalecer, enquanto estrutura, a Presidente só pode assinar documentos da Rebam como chefe da Divisão de Documentação da Sudam e a Vice-Presidente apenas mediante autorização do Superintendente da Sudam? E aqui volta a questão: quem era o responsável pela Coordenação Geral da Rebam? Se o Regulamento e o Protocolo de Intenções não eram garantias suficientes de estabilidade e autonomia para a Rede, por que não se firmaram os Convênios?

A Rebam não era uma rede autônoma.

Os bibliotecários que, durante todo o período de

treinamento e início das atividades da Rede, estiveram unidos, viram-se, repentinamente, soltos e divididos, pressionados entre duas estruturas, duas ideologias; ficaram eles sem saber a quem servir, até serem, eles próprios, engolidos pelas instituições.

Depois do embalo do curso e das reuniões do curso as coisas já começaram a se modificar, porque aí nós nos desconcentramos, porque durante o curso, o pessoal em treinamento, se via todo dia, 8, 10, às vezes 12 horas por dia, porque estudávamos de noite, então, estava todo mundo ali, super-integrado. Então, dessa maneira, até impulsionava o processo administrativo, porque cobrávamos dos representantes oficiais que não estavam sendo treinados. Pelo fato de nós estarmos muito ali e deles terem seus funcionários, seus colaboradores diretos muito ali, eles estavam interessados em saber como estava andando. Então eles também, em nível superior, se reuniam, debatiam, era a pressão através da ação. (...) Quando terminou o curso já começou a esfriar a nível de órgão, já cada um fechado nos seus problemas, continuando a pensar na idéia, porém... (RO)

Aqueles que possuíam vínculo oficial, após o treinamento, re tornaram às suas instituições de origem, para que, dali, pas sassem a alimentar a Rede. Porém, com o passar do tempo, fo ram absorvidos pelos problemas e conflitos internos. Os que foram contratados para trabalhar no Projeto e que não con seguiram vínculo empregatício em outra instituição*, foram absorvidos, mais tarde, mediante um concurso interno realiza do pela Sudam.

Todo mundo queria trabalhar; ainda mais que o trabalho da Rebam era muito bonito, foi pioneiro na Região. Eu fiz parte da Rebam, mas com a insegurança profissio nal, quer dizer, as pessoas não eram e fetivas, a qualquer momento, se termi - nasse o Convênio, elas podiam ir para a rua. (ECP)

Depois de **75**, não sei quando, houve um concurso interno e as meninas entraram pro quadro. Mas passaram a manter muito mais a Sudam do que a Rede. (ECP)

* A Rebam contratava os profissionais, apenas por um período determinado. Eram contratos de prestação de serviços com duração de seis meses, podendo ou não ser renovado.

A representante da SUDAM* informou que o convênio foi renovado até agosto de 1976, tendo em vista a implantação do Plano de Classificação de Cargos e a partir daí o pessoal admitido, através de concurso público, daria continuidade aos trabalhos da Divisão de Documentação da SUDAM e da Rebam, uma vez que considerava a rede como um Programa da Divisão de Documentação, necessitando, entretanto, de contar com a ²³ colaboração das entidades integrantes

Aos poucos, a luta pela Rebam acabou por se transformar em uma disputa entre o real e o ideal. A cooperação irrestrita, a democratização da informação, a vontade de participar de um projeto pioneiro contra rixas políticas, necessidade de sobrevivência, burocracia, domínio e poder.

O ano de 1975 foi de mudanças. Mudaram-se os governos e as administrações dos órgãos. For conseguinte mudaram, também, as linhas de pensamento e ação:

* Era a nova Coordenadora de Informática, após a mudança de governo de 1975.

... com a mudança de Superintendência, aquilo tudo foi por águas abaixo. Falta de compreensão, acredito. (RO)

Prá nova administração o Projeto Rebam não era prioritário, principalmente pelos altos custos do Projeto, porque se fosse, alguém teria assumido pelo menos parte, por exemplo, por que a Universidade não pegou pelo menos parte? (ECP)

... A Rebam foi instituída no fim de uma administração política, no fim do mandato dos dirigentes dos órgãos e início de uma outra que não tinha interesse no Projeto, e não houve ninguém que sensibilizasse, que explicasse a essa administração no que consistia o Projeto Rebam, sua importância para a Região como propiciadora, também de desenvolvimento. (ECP)

Com a mudança de administração, começou a haver aquela guerrinha, estava planejado de uma maneira e queriam colocar outras idéias diferentes que não seriam interessantes. (ECP)

No ano de 1975 a Rebam também mudou e começou
Até então, a verba que era empregada para a manu

tenção da Rede, vinha da União, por intermédio do Minter, via dotação orçamentária da Sudam. O novo Superintendente não se interessou muito por esse "arranjo" e nenhuma outra instituição integrante se manifestou no sentido de mantê-la.

Sem verb.a, a Rebam não tinha condições de sobrevivência. Foi tentado, então, financiamento em instituições como a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e a Secretaria de Cooperação Econômica e Técnica Internacional (Subin).

A Subin informou não poder conceder financiamento em função de:

- a) falta de contrapartida em recursos financeiros de pelo menos 50% por parte dos clientes*;
- b) o elevado custo do projeto**;

* Mais uma vez a contrapartida dos órgãos se restringe ao fornecimento de material de consumo, equipamentos e pessoal.

**Os recursos solicitados à Subin destinaram-se a cobrir as atividades a serem desenvolvidas no período 1975/79 e atingiram a soma de Cr\$ 29.751.144,00 (vinte e nove milhões, setecentos e cinquenta e hum mil, cento e quarenta e quatro cruzeiros). O pedido de financiamento foi solicitado em setembro de 1974 com a ORTN cotada em Cr\$ 98,22 (noventa e oito mil cruzeiros e vinte e dois centavos), o que faz com que a soma solicitada represente um total de 302.903 (trezentos e dois mil, novecentos e três) ORTNs que, corrigidas ao valor de novembro de 1985, correspondente a Cr\$ 63.547,22 (sessenta e três mil, quinhentos e quarenta e sete cruzeiros e vinte e dois centavos) atingem a soma aproximada de Cr\$ 19.248.643.579,66 (dezenove bilhões, duzentos e quarenta e oito milhões, seiscentos e quarenta e três mil, quinhentos e setenta e nove cruzeiros e sessenta e seis centavos).

c) as atividades são de operação, o que para a SUBIN representa um obstáculo uma vez que sua filosofia é a de financiamento de projetos em implantação^ .

A resposta da Finep, ao mesmo pedido de financiamento, não foi muito diferente daquela dada pela Subin. E a Rebam não sobreviveu o suficiente para solicitar recursos a outras fontes financiadoras, resistindo apenas até o término do terceiro e último Termo Aditivo ao Convênio 002/74.

As disputas internas foram enfraquecendo, cada vez mais, a Rebam. O Projeto Siplan também contribuiu, de certa forma, para esse enfraquecimento.

O Sistema de Informação para Planejamento, Controle e Coordenação (Siplan) foi um projeto* concebido, internamente, no Minter, por volta do ano de 1969, e, oficializado, através de portaria ministerial, em 1972, tendo sido estruturado na forma de sub-sistemas: Sub-sistema de Referência Documentária (SRD) e Sub-sistema de Referência de Legislação (SRL).

* Atualmente o projeto Siplan não existe mais na forma de sua concepção original. Os sub-sistemas evoluíram, foram desmembrados e transformaram-se em Sistemas autônomos por áreas específicas. O SRD hoje corresponde ao Interdoc e o SRL é o atual Interlegi.

O objetivo geral do Siplan era a integração dos seus arquivos de documentação de todas as entidades vinculadas àquele Ministério, via aproveitamento e compatibilização das estruturas organizacionais já existentes.

Em julho de 1973, foi lançado o primeiro Catálogo de Arquivos do Siplan, e - segundo informações obtidas com a autoridade competente pelo Projeto - nessa ocasião todas as Superintendências já estavam integradas ao Siplan.

Em 1973, a Rebam começava a ser planejada, considerando o Projeto da Rede e Programa de Organização da Divisão de Documentação da Sudam.

Ora, é sabido que:

Siplan possuía um formato próprio, para entrada da documentação em computador, criado desde 1972;

a documentação da Sudam, em 1973, não estava inteiramente organizada;

Originalmente, a organização da Divisão de Documentação da Sudam seguiu as diretrizes estipuladas pela Rebam, a qual estava voltada, a princípio, para o tratamento e organização manual da documentação e em nada articulada com o Siplan;

a Rebam possuía como objetivo, a longo prazo, a inclusão

da documentação em um formato, não necessariamente compatível com o do Minter.

Então, em 1973, ainda que o Siplan estivesse em vigor no Minter e em algumas Superintendências, ele não era, de fato, adotado pela Sudam, haja visto as diferenças metodológicas de tratamento da documentação e a incompatibilidade de objetivos.

Muito embora o Sistema de Documentação do Minter viesse a ser adotado, também, o apoio às redes regionais de documentação, era inevitável a superposição e a concorrência entre os dois projetos.

A Rebam, estruturada de forma independente da orientação do Siplan e contando com o apoio orçamentário apenas da Sudam, enfraquece no momento em que o Projeto interno do Minter se fortalece na Superintendência.

Eu tenho a impressão que uma das causas dos problemas na Sudam foi a infiltração do Siplan. Porque nós não queríamos abrir mão, mas tinha uma corrente dentro da própria Sudam que aceitava, porque não era muito a favor de certas pessoas que estavam se projetando, porque levavam o trabalho a sério, porque tinham capacidade e acreditavam no que estavam fazendo, então estavam em evidência, aí começou a incomodar dentro da pró

pria Sudam. Aí já tinha a pressão do Basa que, também teve problemas pessoais com a pessoa que voltou prá lá (...) Aí com este ambiente de desavenças na Sudam, no Basa, a nível profissional/pessoal, infij. trou-se o Siplan. (RO)

0 Siplan sentiu a fragilidade da Rebam e aí... -(RO)

0 Minter queria pegar o bolo feito. Eu que vivi, eu que fui prá treinamento no Minter, eu que peguei briga com o pessoal de lá, de só faltar um ringue prá gente se agarrar, porque o que o Minter quis realmente, naquela época, foi pegar o bolo pronto prá confeitar e escrever o nomezinho dele em cima. Porque, realmente, o bolo estava semi-pronto, ele precisava, claro, de alguns acertos, de algumas reformulações (...) Só podia ir a frente com a juda. (RO)

Suspensa o apoio financeiro da Sudam, a Rebam, considerada por muitos como algo "tão importante e imprescindível" para Jar suporte aos órgãos de desenvolvimento, não teve continuidade. Nenhum dos órgãos signatários do Protocolo de Intenções manifestou-se quanto à paralisação do Projeto.

Não foi dada a menor explicação para
órgão nenhum e nenhum órgão pediu
explicação_____ (ECP)

O posicionamento dos órgãos quanto à paralisação
ou o término legal do Projeto implicaria, necessariamente ,
em uma justificativa convincente para esse término. Contudo ,
nunca houve pressão de nenhum grupo no sentido de obter algu-
ma resposta concreta.

Acredito que as instituições não pressionaram ,
quer por acharem que, politicamente, a justificativa de "fa-
lência" do Projeto não era interessante ou por acharem que a
"propriedade" do Projeto era, de fato, da Sudam. Quanto aos
bibliotecários, de certa forma, não se-achavam em posição de
pressionar nesse sentido, uma vez que politicamente não ti-
nham força para tal e também porque seus superiores não toma-
ram a iniciativa.

Como saldo de sua existência a Rebam deixou o trei-
namento, a experiência pioneira de uma rede regional, as pu-
blicações editadas, a documentação que conseguiu ser reunida
na Sudam e um certo sentimento de impotência diante de um
fato consumado.

Em meados de 1976 os Convênios que mantinham a **Re-**
de foram encerrados. O Projeto Siplan se instalou definiti-

vamente na Sudam. A Chefe da Divisão de Documentação da Sudam e Presidente da CCT que, na opinião da maioria dos bibliotecários, foi a grande incentivadora e impulsionadora do Projeto, demitiu-se da Sudam e, por conseguinte da Rebam. As bibliotecárias voltaram para suas instituições, que por sua vez passaram a se dedicar a novos Projetos.

Acabou a Rede e o sistema todo, como era feito, eles mudaram e ficou engajado no Projeto do Minter (...) então tudo o que se aprendeu no curso da Rebam, todo o dinheiro investido e tudo como foi implantado caiu, quer dizer, mudou completamente, os serviços não foram aproveitados, nada foi aproveitado. (PROF)

Foi totalmente abandonado aquele serviço técnico que nós executávamos na Rebam, mas a documentação ainda existe, só que ela não está sendo divulgada como ela era na época da Rebam. (ECP)

Na ocasião, o Câmara Sena nos dava total apoio, eu não sei quem foi logo depois, parece que foi o Hugo de Almeida, mas não sei até que ponto ele via o lado positivo da Rede de Bibliotecas, não sei se havia um desinteres

se nosso, da classe. (...) Também não sei se verba. (...) Talvez pela apatia das pessoas e por não ter apoio superior é que a Nazinha saiu e foi tudo por águas abaixo. (PROF)

Era um Projeto muito ambicioso e que eu acho que a Sudam, realmente, não teria condições de levar à frente, inclusive, se pensava, a longo prazo, em automatizar tudo e sem técnicos capacitados pra isso. (ECP)

Acredito que nós mesmos não estivéssemos preparados para a grandiosidade do negócio. O próprio grupo que encabeçou o trabalho realmente não tinha maturidade e talvez tenha se perdido, porque, talvez, a gente quis muito mais do que, na ocasião, a gente fosse capaz de fazer. (...) Quer dizer, um Projeto grandioso, importantíssimo, mas que nós fomos querendo subir de 10 em 10 degraus ao mesmo tempo. Por outro lado, começou concorrência a nível de órgão, porque cada um queria tomar conta do bolo quando sentiu a importância... (RD)

Houve interesses pessoais demais em jogo. Problemas de simpatias e antipatias, de sensibilidade, de não sensibilidade. O Minter entrou com um sistema sofisticadíssimo que eu tenho a impressão que até hoje,

também, não deu em nada. E aí quando sen
tiu que a Rebam seria alguma coisa, já
queria acoplar a Rebam também. A direção
do Basa se empolgou, achou que isso era
possível, também, já queria isso... (RO)

Eu não me conformo até hoje, sinceramen-
te, com essa Rede não ter ido prá frente,
não me conformo. Meu Deus, o trabalho que
aquelas criaturas tiveram em catalogar ,
classificar, fazer aquela indexação que
não era fácil e no fim aquilo ir por águas
abaixo, eu não me conformo. (PROF)

Foi uma coisa muito boa. Eu acho que não
devia ter acabado, devia ter continuidade,
mas com a mudança de gestão na Sudam, eu a
cho que isso causou que ela morresse prati-
camente. Acho que uma das causas foi a fal
ta de conscientização dos novos dirigentes.
(PROF)

No Brasil, às vezes, a gente começa um tra-
balho e que tem uma grande valia e as pes-
soas param, terminam e vem outras para mos
trar que estão fazendo coisas diferentes e
criam outro tipo de trabalho, quando aquele
é importantíssimo e poderia ter sido conti
nuado. (PROF)

... a Sudam não sabe mais o que está sendo
publicado lá em Manaus, o Maranhão não sa-
be o que está sendo publicado aqui. Quer

dizer, nós perdemos a informação. (ECP)

Se nós tivéssemos tido segurança e maturidade, eu acho que, em vez de nós termos sido enrolados pelo Minter, nós poderíamos ter revertido o processo. Nós podíamos ter enrolado o Minter e todos os outros que quiséssemos. Isso eu reconheço que foi inexperiência nossa. Mas a gente, com inexperiência, não sabia nem como fazer e, então, levava logo o negócio pro campo da briga. E, por outro lado, não nos sentíamos apoiadas de jeito nenhum pelas direções. Não se falava a mesma língua. Tinha um grupo de Rebam que sim, que falava a mesma língua, que tinha os mesmos propósitos e outro que não tinha... É, a gente não soube reverter o processo... (RO)

A Rebam acabou por uma causa só - causa política. (RO)

... A Rebam foi um sonho... (RO)

"Nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião".

(Ata da 13ª Reunião Extraordinária da CCT-03.03.76- Última ata da Rebam).

CITAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS

1 REBAM. Relatório de atividades, 1972 (out)/1976 (fev.).

Belém, 1976. p. 2-3.

2 Ibidem, p. 6.

3 Ibidem, p. 6.

4 Ibidem, p. 5.

5 REBAM. Regulamento Base. s.n.t. art. 5, p. 2.

6 _____ . Reunião para avaliação do Convênio 080/73, realizada em 30 de julho de 1973. s.n.t.

7 _____ . Relatório nº 1 do Convênio 080/73; primeira etapa: seleção de pessoal. s.n.t.

8 _____ . Avaliação do treinamento pela equipe da Usp. s.n.t.

9 Ibidem.

0 REBAM, op. cit. nota 1, p. 13.

1 REBAM. Comissão de Coordenação Técnica. Ata da 13ª Reunião Extraordinária. Belém, Idesp, 13.03.76.

2 REBAM. Projeto para solicitação de recursos à Subin.
s.n.t. p. 2.

3 _____, op. cit. nota 1, p. 60-1.

4 REBAM. Comissão de Coordenação Técnica. Ata da 8ª Reunião Ordinária. Belém, Idesp, 27.08.74.

5 _____, Ata da 12ª Reunião Extraordinária. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, 11.06.75.

6 REBAM, op. cit. nota 5.

7 Ibidem.

8 REBAM, op. cit. nota 15.

9 _____, op. cit. nota 5.

0 _____, op. cit. nota 15.

¹ REBAM, op. cit. nota. 5.

² Ibidem.

³ Ibidem.

⁴ REBAM, op. cit. nota 11.

⁵ PROCESSO 00520/74 - Exposição de motivos solicitando pro
rogação do Convênio 002/74 e expondo a resposta da Subin.

E A ESTÓRIA CONTINUA?

"Somente nos inteiramos da verdade quando não sabemos o que fazer dela".

(Oscar Wilde)

A Rebam acabou. O sonho acabou. Mas a estória continua (ou seria melhor dizer que ela se repete?).

Quando foi aprovada no Brasil a institucionalização do Snict, a classe bibliotecária viu, em tal Sistema, a possibilidade de concretização total de seus ideais há muito perseguidos.

Entretanto esqueceram de observar que as diretrizes de governo, vigentes na época (década de 70), viabilizavam a realização do Snict não pelos mesmos ideais dos profissionais da informação, mas sim, porque a configuração de tal sistema permitia a centralização político-administrativa na mão de alguns e a descentralização operacional, o que implica dizer: todos trabalhando sob uma única coordenação, um único nível de decisão, um único nível de hierarquia. E com a política, um maior controle da informação e o surgimento

de ambiente propício ao autoritarismo.

O desenvolvimento da Amazônia foi nomeado, em certo momento, como uma das áreas do Snict a serem beneficiadas com um sub-sistema específico.

A Amazônia é uma região extremamente carente em termos de sua população, muito embora não o seja em termos de seus recursos naturais (renováveis ou não). Os interesses que ligam a ela determinadas instituições ou pessoas, encoberados pelo rótulo de possibilitar o "desenvolvimento regional", estão diretamente voltados para a exploração dos recursos naturais e não para o bem-estar ou melhoria das condições de vida das pessoas que habitam essas terras. Determinados projetos provocam exatamente o contrário.

Por outro lado, reunir toda a documentação oficial sobre a Amazônia era um objetivo por demais atraente para que não sensibilizasse as bibliotecárias da Região que, na ocasião, se achavam respaldadas por interesses político-institucionais e por administradores sensíveis à área de documentação e informação.

Da junção da universalidade com a particularidade surge, então, a Rebam. Ficando aqui, comprovada a hipótese a), p. 2.

Em função de um certo despreparo nacional e regional quanto à configuração de redes e sistemas, os bibliotecários da Rebam cometeram certos enganos quanto à forma de es-

estruturação da Rede, enganos esses que, aliados a outros fatos, contribuíram para o desaparecimento posterior da mesma.

A Rebam era uma rede regional e, como tal, devia congrega e aliar todos os órgãos da Amazônia Legal. Contudo, além dos órgãos, a Rebam reuniu também, todas as contradições institucionais e individuais que atravessavam cada um dos elementos.

E aqui aparece o primeiro engano. Por falta de um reparo antecedente das pessoas que levariam adiante o Projeto, a estrutura em criação não se deu, desde o início, de maneira autônoma, mas sim, alicerçada em estruturas antigas, singularizadas dentro de seu universo e, portanto, viciadas na sua forma de funcionamento. A Rebam era algo novo, com uma ideologia em formação e que, como tal, não poderia assumir ou incorporar em si todas as diferenças, uma vez que ela própria não havia, ainda, definido sua posição, seu espaço, seu poder; enfim, sua singularidade.

Enquanto Rede, a Coordenação Geral jamais poderia ter sido dada a apenas um de seus elementos componentes (a Sudam), ainda que fosse este o mantenedor financeiro do projeto. Este foi o segundo engano, com suas fatais consequências.

A centralização da Coordenação estabeleceu um certo distanciamento entre a Sudam e os demais órgãos. Ainda que essa distância não tenha sido percebida ou declarada for

malmente desde o início, aparece mais tarde na forma de descompromisso dos elementos, na medida em que passaram a ver a Rebam como um projeto interno da Sudam e não como um bem coletivo a ser compartilhado. Isso fez com que cada um assumisse o papel de mero expectador e colaborador eventual sem qualquer responsabilidade pela manutenção da Rede. Assim é que esta jamais recebeu o suporte financeiro dos demais membros, que não a Sudam, e, a partir de certo momento, nem mesmo foi alimentada pelo acervo das bibliotecas participantes, causando a extinção da Rebam, o que vem comprovar a hipótese (b), p. 3.

Mesmo assim, a Rebam gerou produtos que foram de encontro às necessidades não só de seus elementos constitutivos, como também dos especialistas, pesquisadores e demais instituições públicas ou privadas da Região, do País e até do exterior. Os depoimentos, incluídos no capítulo 5 (cinco) concernente à receptividade dos usuários aos produtos da Rede permitem aceitar a hipótese (c), p. 3.

A Sudam estabeleceu, desde o início do Projeto, um predomínio que foi escamoteado, de certa forma, pelo fato de ter tornado possível a realização do sonho. Contudo, é sério o fato de que nos documentos oficiais de criação da Rebam, que davam à Sudam a Coordenação do Projeto, não haviam especificado (propositalmente ou não) através de que cargo interno da Sudam e de que forma essa Coordenação deveria se processar. Essa lacuna (ideológica?) deu margem a omissões ini

ais, intromissão do Coordenador de Informática pelo meio Caminhar do Projeto, perda de autoridade e de autonomia da Presidência e Vice-presidência da CCT e, por fim, autoritarismo da Superintendência. Essa seqüência de eventos revela a questão ideológica subjacente, uma vez que ao fraturado se permite, mas ao forte (ou potencialmente forte), ve-se controlar, para que este não venha a nos perturbar a ação e projeção (Efeito Mateus funcionando de forma inversa).

Ainda em termos de estrutura, a Rebam, antes de iniciar suas atividades técnicas, deveria ter sensibilizado todas as administrações para o cumprimento da cláusula do Regulamento que estipulava a existência de um Convênio entre as partes. Deveria ter lutado pelo caráter oficial da Rede e não prosseguir suas atividades oficiosamente. Esse caráter oficial levou a Rebam a uma séria crise de identidade e permitiu a Sudam se retirar do Projeto sem sofrer qualquer prejuízo, deixando a Rebam a única abalada, já que, nessa ocasião, era efetivamente um projeto interno da Superintendência.

O fato de a Rebam funcionar no mesmo espaço físico da Sudam também foi um outro engano e ponto de enfraquecimento da Rede. As estruturas começaram a competir e, no momento em que a Rebam começa a apresentar a possibilidade de se tornar forte e autônoma, foi sufocada pela estrutura mais forte, mais antiga, mais rica financeiramente, surgindo, além

disso, o complicador de um super-sistema (Siplan) do Minter para sufocá-la. Isso vem comprovar a hipótese (d), p. 3.

Percebe-se, claramente, que a estrutura da Rebam estava muito mais atrelada às pessoas do que às instituições, tanto que, com a mudança governamental, a Rebam também mudou. Pessoas mudam e os ocupantes de cargos passam.

É hora de repensarmos as formas de organização e estruturação dos nossos projetos. Não dá mais para serem criados sistemas e redes só porque o ator do momento dá apoio, esquecendo que depois dele outros virão e, como é de praxe, as linhas de ação também serão modificadas. Essas são variáveis invariáveis que não deverão, nunca, ser esquecidas.

Enquanto sistemas e redes de informação forem criadas vinculadas às administrações governamentais, independentemente das esferas e seguindo as diretrizes dos grandes Planos Nacionais, que carregam consigo a desvinculação entre o ato de planejar e a possibilidade concreta de executar, o viés político vai estar sempre presente.

Além da grandiosidade da área territorial* a ser coberta e dos objetivos a serem atingidos, mais uma vez, foi privilegiado, em termos de treinamento, apenas o setor técnico, em detrimento de todo um contexto que envolve as questões

* A extensão da Amazônia Legal é de aproximadamente , 4.990.530 km² (quatro milhões, novecentos e noventa mil , quinhentos e trinta quilômetros quadrados).

políticas, culturais e sociais que acompanham as redes.

Políticas , porque as redes, filiadas a unidades governamentais, são em si, um potente instrumento de pressão, não só em relação a seus elementos constitutivos, mas também na determinação das linhas de ação das outras instituições. Por conseguinte, proporcionam prestígio e possibilitam domínio . Mas interessa às autoridades a partilha do poder?

Culturais, na medida em que contribuem para a melhoria da ciência e tecnologia local já que fornecem um mapa das áreas do conhecimento, informando quais os campos descobertos, servindo como instrumento para planejamento, assegurando a continuação de pesquisas e evitando duplicação. Mas até que ponto isso é conveniente às instituições?

E sociais, porque as redes servem, ainda que indiretamente, como mecanismo propiciador de desenvolvimento. Mas desenvolvimento de quem? Do povo ou apenas de alguns?

Essas são questões que nós, bibliotecários, deveríamos saber responder.

Lutamos quase sempre desarmados pelo ideal de cooperação absoluta, pela democratização da informação ou pelo reconhecimento profissional. Entretanto, esquecemos que nossos padrões são aqueles que lutam por poder, que elaboram os planos faraônicos, que financiam pesquisas desarticuladas , que editam estudos mudando apenas os títulos e que financiam pesquisas semelhantes em órgãos diferentes. O conhecimento

de tudo isso está em nossas mãos, porque somos nós que fornecemos as informações iniciais aos estudos, projetos, planos e diagnósticos, assim como somos nós também que tratamos tecnicamente, organizamos e divulgamos o produto final dessas contradições.

Não sabemos ainda como usar o potencial que temos nas mãos e, então, adquirimos o estranho hábito de tentar achar culpados externos para os nossos insucessos e para o não reconhecimento profissional.

Assim, são sempre os nossos usuários que não sabem aproveitar o maravilhoso sistema que criamos para eles. Pela falta de uma base sólida que não construímos, nossa própria criação transforma-se em sistemas que nos levam do nada para lugar algum e, o que é pior, ainda servem como mecanismo de reforço para nosso descrédito profissional.

São sempre as administrações que não reconhecem o nosso valoroso trabalho. Mas, como obter reconhecimento se, via de regra, ficamos fechados no nosso mundo de normas e códigos, esperando que eles (usuários e dirigentes) venham até nós?

Acredito na possibilidade de vinculação da técnica aprendida com o conhecimento da realidade concreta que nos rodeia. A consciência social e política, ademais, vai certamente nos possibilitar um diálogo em bases mais iguais, sendo esse um começo para a conquista do tão almejado reconheci

mento.

São, ainda, sempre os poucos orçamentos destinados às unidades de documentação, que nos impossibilitam de desenvolver e prestar serviços sofisticados. Mas serão, realmente, apenas os serviços sofisticados que envolvem o uso de computadores e técnicas importadas, capazes de atender satisfatoriamente os usuários? Certamente que não. Contudo, é inegável que a existência desse moderno aparato tecnológico nos encanta e possibilita status, projeção política e uma certa respeitabilidade sempre desejados. Mas para que esses "serviços sofisticados" efetivamente funcionem, precisamos de infra-estrutura física, de pessoal especializado e consciente, de recursos orçamentários constantes, de acervos condizentes, de usuários reais, treinados e sensibilizados, enfim, precisamos primeiro trabalhar no aperfeiçoamento das micro-realidades, criando a base e a demanda necessária para podermos, a partir daí, atingir as macro-realizações.

Em instituições governamentais não é a biblioteca ou o centro de documentação que controla a verba. Além disso, na grande maioria dos casos, essa verba é sempre consideravelmente reduzida, inclusive, correndo o risco de ser remanejada para outros projetos ou atividades tidas como prioritárias. A situação não é fácil de ser enfrentada, reconheço isso, mas de nada adianta cruzar os braços e aceitar o fato ou esperar que a próxima administração dê mais valor à bibli

oteca, porque, aí sim, estamos sendo coniventes com esse tipo de procedimento.

Mas, se mudarmos nossa conduta para com os usuários, é provável que cheguemos a um ponto em que ele próprio se tornará elemento de pressão a nosso favor, podendo, inclusive, abrir espaço para nós nos projetos desenvolvidos em sua área. E se conseguirmos, ainda, mostrar aos nossos dirigentes que não somos apenas profissionais técnicos que colocam números estranhos nas lombadas dos livros, fazem "fichinhas" e que exigem das instituições "grandes" somas de recursos para "nada", então conseguiremos diminuir os nossos cortes e talvez até - quem sabe? - assumir o gerenciamento do nosso orçamento.

Contudo, é extremamente necessário repensar os projetos grandiosos, tanto na abrangência de objetivos quanto no volume de recursos.

Investiram-se bilhões em um Projeto que faliu e ninguém falou nada. Por que? Será que não era interessante, politicamente, tornar público um fracasso dessa natureza? O que foi feito do dinheiro investido? Com que objetivo o Miner financiou dois projetos - Rebam e Siplan - que conviveram no mesmo espaço e de forma tão desarticulada? Desconhecimento do Projeto Rebam? Isso não seria possível. Interesse que a documentação da Amazônia fosse reunida em uma das unidades de seu Sistema? Sim, isso é provável. E agora, onde estão os trabalhos de três a-

nos de Rebam? Pois, o pessoal que foi pago com esses bilhões, trabalhou, produziu resultados concretos, que foram divulgados e aceitos tanto a nível nacional como internacional. De uma hora para outra tudo parou simplesmente e ninguém falou nada.

O dinheiro gasto e perdido na Rebam*, no curto espaço de três anos, não foi uma soma irrisória que possa ser facilmente esquecida, mesmo que se tratasse de uma Região e um País ricos, o que não é o caso.

E então? O desenvolvimento da Amazônia foi conseguido? A comunidade científica local está satisfeita? As bibliotecas das instituições de pesquisa possuem acervos atualizados? Os bibliotecários da região têm freqüentes possibilidades de atualização? A população amazônica está atendida em todas as suas carências de informação de base? Existem bibliotecas atuantes em todos os municípios da Região? As periferias dos centros urbanos são atendidas satisfatoriamente pelos serviços de extensão? Os campi avançados das Universidades estão funcionando a contento? As bibliotecas estão engajadas nesses campi ou trabalhando junto com alguns projetos

* Os recursos dispendidos para as despesas apenas com pessoal foram de, aproximadamente, Cr\$ 1.796.213.352,18 (um bilhão, setecentos e noventa e seis milhões, duzentos e treze mil, trezentos e cinquenta e dois cruzeiros e dezoito centavos) em valores de novembro de 1985. Note-se que não estão computados nesse valor os salários dos Representantes Oficiais que eram pagos por suas instituições de origem.

desenvolvidos pelas instituições de pesquisa? As bibliotecas escolares estão ali funcionando bem ou são ainda usadas como "lugar de castigo" para a maioria dos alunos?

Acredito que a resposta real à maioria dessas questões possa ser negativa. De nada vão adiantar grandes sistemas ou redes de informação especializada se não houver usuários para eles.

Dez anos se passaram desde o desaparecimento da Rebam.

Hoje, como se nada houvesse acontecido, instala-se, na Amazônia Legal, um novo projeto - Sistema de Informações Científicas e Tecnológicas da Amazônia (InformAM) - que, a exemplo da Rebam, pretende reunir a documentação amazônica e a contradição dos órgãos.

Será o InformAM mais uma Rebam, agora com tecnologia mais avançada e portanto envolvendo ainda maior volume de recursos financeiros?

Tudo indica que sim. Apesar de ter, apenas, pouco mais de um ano de existência, já é possível identificar vários pontos de semelhança com a Rebam, sendo que esses pontos comuns contribuem negativamente para o andamento do atual Sistema.

O caráter negativo das semelhanças se dá na medida em que a antiga Rebam não serviu como reflexão e ponto de partida para o atual sistema, muito embora a abrangência ter

ritorial e a grandiosidade de objetivos sejam coincidentes , o que nos leva a indagar se não será esse mais um projeto idealizado para satisfazer aos interesses particulares de poucos?

A estrutura organizacional do InformAM difere parcialmente da estrutura proposta para a Rebam. Contudo, a exemplo da anterior, também se localiza fisicamente no espaço de um órgão*, sendo esse mesmo órgão a Unidade Central do Sistema, com papel de coordenação. Não haverá, novamente, o risco de predomínio de um dos elementos?

Entretanto, um dos problemas mais graves refere-se ao aspecto financeiro, que influi diretamente em todo o funcionamento do Sistema. Atualmente o Projeto tem financiamento garantido pela Finep por um período de dois anos. Contudo, a soma total solicitada não foi concedida, não havendo ainda, por parte das unidades cooperantes, um comprometimento orçamentário formal que garanta a continuidade do InformAM. Essa falta de recursos faz com que o Sistema não disponha sequer de uma equipe, dedicada em tempo integral às atividades internas, na medida em que, dos recursos obtidos, faz-se necessária uma divisão entre pessoal e material. Como resultado, o montante destinado a pessoal é insuficiente para manter uma equipe de bibliotecários, com salários justos em ho-

* Museu Paraense "Emílio Goeldi".

rário integral.

Um outro fator é que o InformAM também começou a desenvolver suas atividades em época de mudanças organizacionais, não havendo garantias suficientes para continuidade de participação e apoio das unidades cooperantes, mesmo que tenham sido assinados Convênios. Isso porque esses instrumentos podem ser rescindidos a qualquer momento, bastando para tanto que uma das partes convenientes se ponha em desacordo.

Faz-se necessária e urgente uma avaliação do InformAM para que este não seja mais um projeto descontinuado na Região.

Será a Amazônia apenas um espaço para experiências?

Será que a Rebam foi tão somente um sonho já esquecido?

"Aqui a estória acabou
Aqui a estória acabada
Aqui se acaba a estória".

(Guimarães Rosa, Grande
Sertão: Veredas)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, Afrânio Carvalho. Coordenação de uma rede nacional de informação em Ciência e Tecnologia: um plano prioritário do Ibict. Ci. Inf., Brasília, 9 (1/2): 83-8, 1980.
- AMARANTE, Nylma T.S.V. Programa básico da criação da Rede (PCBR) de Bibliotecas do Ministério da Fazenda (BMFs). R. Bibliotecon., Brasília, 5 (1): 465-92, Jan./Jun., 1977.
- ANDERLA, George. A informação em 1985; estudo prospectivo de necessidades e recursos de informação. Rio de Janeiro, CNPq/Ibict, 1979.
- ARAÚJO, Rosali A.M. de. Rede de Bibliotecas da Embratel - NE. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 1, Salvador, 1980. Anais. Salvador, Mec/Capes, 1980. v. 1, p. 75-89.
- ARIAS ORDOÑEZ, José. Centros y redes de información científica y tecnológica en la comunidad iberoamericana. In: CONFERENCIA IBEROAMERICANA SOBRE INFORMACIÓN Y DOCUMENTACIÓN CIENTIFICA Y TECNOLÓGICA, 78, Madrid, 1978. 55 p (separata).

AVRAM, H.D. & McCALLUM, S.H. Directions in library networking.

JASIS, 31 (6). 438-44, nov. 1980.

AYESTARAN, A. & VELASCO, C. Aspectos a considerar en la evaluación de redes sectoriales de información. In: REUNIÃO INTERAMERICANA DE BIBLIOTECÁRIOS Y DOCUMENTALISTAS AGRICOLAS, 4, México, abril, 1975 (separata).

BARRENTINE, J.K. Some technological issues of a national library network. Bulletin of the ASIS, 5 (5): 29-30, jun., 1979.

BECKER, Joseph. El estado actual del planeamiento de redes de bibliotecas en los EUA. Unesco Bulletin for libraries, 31 (2): n.p., 1977.

BECKER, Joseph & OLSEN, Wallace. Information network. ARIST., 3 : 209-91, 1968.

BENCHIMOL, Samuel. Amazônia: um pouco-antes e além-depois. Manaus, Umberto Calderaro, 1977. 841 p. (Col. Amazoniana, 1).

BIARDI, Amilcar. Amazônia: uma região ferida de morte. Rev. Bras. Tecnol., Brasília, 12 (4): 17-29, out./dez., 1981.

- BIASOTTI, Miriam H.D. de la Rocha. Rede de Bibliotecas da Região Sul - estudo de viabilidade. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLITECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 9, Porto Alegre. Anais. Porto Alegre, 1977, p.421-8.
- BORGES, M.A.G. & BONIFÁCIO, M.C. Planejamento e desenvolvimento de um sistema de informação para o Minter. R. Bibliotecon., Brasília, 5 (1): 401-13, jan./jun., 1977.
- BOUDON, R. A quoi sert la notion de structure? s.l., Gallimard, 1968.
- CALVIMONTES, Raúl. Transferência de ciência y tecnologia industrial entre países desarrollados y países en vias de desarrollo. In: CONGRESSO REGIONAL SOBRE DOCUMENTAÇÃO, 3 e REUNIÃO DA FID/CLA, 11ª, Lima, set., 1971. Anais. Rio de Janeiro, IBBD, 1972. p. 181-6.
- CARNEIRO, Paulo. A Unesco e a informação. Ci. Inf., Rio de Janeiro, 6 (1): 3-8, 1977.
- CASTRO, Edna M.R. de et alii. Diagnóstico de Recursos Humanos da Região Amazônica. Belém, SUDAM, 1977. 90 p.

CAVALCANTI, Maria das Neves N.T. Transferência de informação: desafio nacional. Niterói, CIFF, 1978. 148 p. (Tese apresentada ao Concurso de Professor Titular da Universidade Federal Fluminense).

CHAUÍ, Marilena. Cultura e Democracia; o discurso competente e outras falas. 3.ed., São Paulo, Moderna, 1982. 220 p.

_____. O que é Ideologia. 12.ed., São Paulo, Brasiliense, 1983. 125 p. (Col. Primeiros Passos, 13).

COELHO, Otávio. Por que se migra na Amazônia. Ciência Hoje, São Paulo, 2 (10): 34-9, jan./fev., 1984.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. A indústria brasileira e a Amazônia. Rio de Janeiro, SESI, 1969. 283 p.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. Relatório do Sub-grupo designado pelo Ministério do Planejamento e Coordenação Geral para estudar a organização de um Sistema Nacional de Informação Científica e Tecnológica. Rio de Janeiro, 1971. n.p.

COSTA, J.F. da. O Sistema Nacional de Informação Científica e Tecnológica (SNICT). R. Bibliotecon., Brasília, 1 (2): 92-107, jul./dez., 1973.

COSTA, José Marcelino M.da. Tecnologia e articulação dos modelos de crescimento nacional e amazônico. In: HEBETTE, Jean. (coord.) Ciência e Tecnologia para a Amazônia. Belém, UFPa/Naea, 1983. p. 175-88 (Cadernos Naea, 7).

CUNHA, Lélia G.C. da. Sistemas de bibliotecas e redes de informação. R. Bibliotec., Brasília, 5 (1): 449-63, jan./jun., 1977.

_____. Sistemas e redes de informação. Ci. Inf., Rio de Janeiro, 6 (1): 35-43, 1977.

DACORSO FILHO, Paulo. Ciência e Informação. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 1, Rio de Janeiro, jun., 1975. Anais. Rio de Janeiro, CNPq/Ibict, 1978. v. 1, p. 36-46.

_____. Ciência e Informação - considerações sobre o problema brasileiro. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 1, Rio de Janeiro, jun., 1975. Anais. Rio de Janeiro, CNPq/Ibict, 1978. v. 1, p. 155-72.

DIAS, Mário V. Ciência e informação. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 1. Rio de Janeiro, jun., 1975. Anais. Rio de Janeiro, CNPq/Ibict, 1978. v. 1, p. 27-33.

DIRETRIZES básicas para a implantação do Sistema Nacional de Informação Científica e Tecnológica (SNICT). Ci. Inf., Rio de Janeiro, 2 (1): 69-72, 1973.

DUCHESNE, R.M. & ISLAM, M. Computerized library networking in Canada. Bulletin of the ASIS, 5 (5): 18-9, jun., 1979.

DUSOULIER, Nathalie. Um exemplo de implantação de uma rede regional a Rede Européia de Informação -EURONET. Ci. Inf., Rio de Janeiro, 5 (1/2): 95-9, 1976.

_____. A informação científica e técnica na França e sua importância na Europa. Ci. Inf., Rio de Janeiro, 5 (1/2): 83-93, 1976.

_____. Síntese da informação científica no mundo. Ci. Inf., Rio de Janeiro, 5 (1/2): 77-81, 1976.

EPSTEIN, H. The networking of networks an overview of U.S. networks. Bulletin of the ASIS, 5 (5): 14-5, jun., 1979.

_____. The technology of library and information networks. JASIS, 31 (6): 425-37, nov., 1980.

ESCÓRIA, Gérman. Em direção a um panorama mundial de infor-

mação. In: CONGRESSO REGIONAL DE DOCUMENTAÇÃO DA FID/CLA, 5, Rio de Janeiro, 1980. s.n.t. (separata).

EVANS, Glyn T. On-line library networking: a bibliographic essay. Bulletin of the ASIS, 5 (5): 11-4, jun., 1979.

FEARNSIDE, Philip M. A floresta vai acabar? Ciência Hoje, São Paulo, 2 (10): 43-52, jan./fev., 1984.

FONSECA, Edson N. Sobre a (inexistente) rede Nacional de Bibliotecas exigida pelo SNICT. R. Serv. Publ., Brasília, 109 (2): 79-91, abr./jun., 1974.

GARCIA, Maria Lúcia A. A informação científica e tecnológica no Brasil. Ci. Inf., Brasília, 9 (1/2): 41-81, 1980.

_____. Políticas e programas nacionais de informação científica e tecnológica. Ci. Inf., Brasília, 9 (1/2): 5-39, 1980.

GOODLAND, Robert J.A. Environmental ranking of Amazonian development projects in Brazil. Environmental Conservation, 7 (1): 9-26, 1980 (separata).

GOVERNO Federal intervém em 80% do estado. O Globo, Rio de

Janeiro, v. 60, 10.01.85, p. 2, 1º cad.

HAENDLER, Harold. The International Network of Feed Information Centres (INFIC) its new constitution and present situation. Quarterly Bulletin of IAALD, 25 (4): : 51-3, 1980.

HEBETTE, Jean. Ciência e tecnologia para a Amazônia. In: _____ (coord.) _____. Belém, UFPa/ Naea, 1983. p. 169-74 (Cadernos Naea, 7).

JACOB, M.E. A national interlibrary loan network: the OCLC approach. Bulletin of the ASIS, 5 (5): 24-5, jun., 1979.

JADER Barbalho: mantidas as estruturas a Amazônia resultará em um caos. O Globo, Rio de Janeiro, v. 60, 21.01.85, p. 2, 1º cad.

KONDER, Leandro. O que é dialética. 7.ed., São Paulo, Brasiliense, 1983. 87 p. (Coleção Primeiros Passos, 23).

LAPASSADE, G. El analizador y el analista. Barcelona, Gedisa, 1979.

LEMOS, Antônio A. Briquet de. Programas internacionais: seu

impacto e sua implantação em países em desenvolvimento.

R. Esc. Bibliotecon. UFMG, Belo Horizonte, 7 (2): 201-7, set., 1978.

_____. A transferência de informação entre o Norte e o Sul: utopia ou realidade? Ciência e Cultura, 33 (2): : 300-5, 1981.

LÉVI-STRAUSS, C. Antropologia estrutural. 2.ed. Rio de Janeiro, tempo Brasileiro, 1970. 439 p. (Biblioteca Tempo Universitário, 7).

_____. História e dialética. In: O MÉTODO estruturalista. Rio de Janeiro, Zahar, 1967. p. 104-30.

_____. A noção de estrutura; em etnologia; raça e história, totemismo hoje. 2.ed. São Paulo, Abril Cultural, 1980. (Os Pensadores).

LOURAU, R. A análise institucional; Petrópolis, Vozes, 1975.

LOURAU, R. & LAPASSADE. Chaves da Sociologia. Trad. N.C. Caixeiro. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

MARTIN, Susan K. Administrative cooperation of library

network. In: ASIS annual meeting, 38, Boston, oct. 1975.
Information revolution. Washington, D.C., 1975. p. 16-7.

MARUYAMA, L.S. & AVRAN, D. Networking activities at the
library of Congress. Bulletin of the ASIS, 5 (5): 16-8,
1979.

MILLER, Ronald F. & TIGUE, R.L. Librray and information
networks. ARIST, 9 : 173-219, 1974.

MIRANDA, Antônio. Considerações sobre o desenvolvimento de
redes e sistemas de bibliotecas públicas no Brasil.
R. Bibliotecon. Brasília, 7 (2): 230-5, jul./dez., 1979.

MIRANDA NETO. O dilema da Amazônia. Petrópolis, Vozes, 1979.
230 p.

MONTEIRO, Valcir. História econômica e administrativa do
Brasil. Belém, s.ed., 1972.

NEVES, A.M.C. Sistema de informação para o Ministério do
Interior: projeto Siplan. R. Bibliotecon. Brasília, 1
(2): 193-201, jul./dez., 1973.

PEREIRA, Luiz C. Bresser. Desenvolvimento e crise no Brasil.

7.ed. São Paulo, Brasiliense, 1977. 238 p.

PINHEIRO, Lena Vânia R. et alii. Sistema de Informações para a Amazônia - SIAMA. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 1, Rio de Janeiro, jun.. 1975. Anais. Rio de Janeiro, CNPq/Ibict, 1978.

PINTO, Lúcio Flávio. A crise atinge a Amazônia. Ciência Hoje, São Paulo, 2 (10): 74-5, jan./fev., 1984.

POBLACIÓN, D.A. & HAMAR, A.A. rede integrada de bibliotecas como infra-estrutura de sistemas de comunicação da informação no Brasil. In: ENCONTRO DAS COMISSÕES BRASILEIRAS DE DOCUMENTAÇÃO BIOMÉDICA, TECNOLÓGICA E AGRÍCOLA, 4, São Paulo, 1974. s.n.t.

POBUKOVSKY, M. Unesco's integrated documentation network: the CDS/ISIS system. UJISIAA, 2 (3): 195:203, 1980.

PONTE, Tereza M.F.X. A reapropriação da ciência pelo povo. In: HEBETTE, jean (coord.) Ciência e Tecnologia para a Amazônia. Belém, UFPa/Naea, 1983. p. 143-6 (cadernos Naea, 7).

QUEIRÓZ, S.S. Proposta para criação de uma rede de informa-

ção econômica. Rio de Janeiro, 1977. (Tese de Metrado apresentada à UFRJ/Ibict).

RIBEIRO, nelson de F. As instituições regionais. In: HEBETTE, jean (coord.). Ciência e tecnologia para a Amazônia. Belém, UFPa/NAEA, 1983. p. 127-39. (cadernos NAEA, 7).

ROBINSON, B.M. Cooperation and competition among library networks. JASIS, 31 (6): 413-24, nov., 1980.

ROBREDO, J. A importância dos aspectos econômicos na concepção de redes e sistemas de informação. In: CONGRESSO REGIONAL DE DOCUMENTAÇÃO DA FID/CLA, 5, Rio de Janeiro, 1980. s.n.t. (separata).

ROUSE, S.H.A. A selected review of the literature an inter-library loan network. Network, 2 (1): 17-21, jan., 1975.

SANT'ANNA, Vanya M. Ciência e sociedade no Brasil. São Paulo, Símbolo, 1978.

SANTOS, Roberto. História econômica da Amazônia (1800-1920). São Paulo, T.A. Queiroz, 1980. 358 p.

SEBAG, L. História e estrutura. In: O MÉTODO estruturalista.

Rio de Janeiro, Zahar, 1967. p. 31-6.

SCHUBART, H.O.R. et alii. Uma floresta sobre solos pobres. Ciência Hoje, São Paulo, 2 (10): 26-32, jan./fev., 1984.

SLAMECKA, Vladimir. Methods and research for design of information networks. Library Trends, 18 : 551-68, apr., 1970.

STEVENS, C.H. Emerging network services. Bulletin of the ASIS, 5 (5): 26, jun., 1979.

SWANK, R.C. Interlibrary cooperation, interlibrary communication and information network - explanation and definition. In: BECKER, Joseph. Interlibrary communication and information network. Chicago, ALA, 1971. p. 18-26.

VIEIRA, Lúcio Salgado. Uso do solo e recursos vegetais. In: HEBETTE, J. (coord.) Ciência e tecnologia para a Amazônia. Belém, UFPa/Naea, 1983. p. 25-37 (Cadernos Naea, 7).

ZAHER, C.R. Sistemas nacionais e internacionais de informação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 9, porto Alegre, 1977. Anais. Porto Alegre, 1971. v. 2, p. 22-7.

ZIMMERMAN, P.J. Principios de diseño para sistemas de información. Cinterfor Documentación, 50 : 3-19, 1980.

DOCUMENTAÇÃO SOBRE A REBAM

1973

- . Regulamento da Rede de Bibliotecas da Amazônia.
- . Projeto para organização da Rede de Bibliotecas da Amazônia, conforme o Protocolo de Intenções e o Regulamento aprovado em Reunião do CONDEL de 15 de junho de 1973 e da Biblioteca da Divisão de Documentação da Sudam.
- . Processo nº 02751/73 - Convênio nº 080/73 - celebrado entre Sudam/Idesp/Usp, assinado em 04 de julho de 1973.
- . Relatório do Grupo de Assessoria da Usp, dos trabalhos realizados no período de 10 a 18 de julho de 1973, em São Paulo.
- . Avaliação do Convênio 080/73, pela equipe da Usp.
- . Reunião da Rebam para avaliação da fase inicial do treinamento, realizada na Sudam em 30 de julho de 1973.
- . NASSAR, Nazira Leite et alii. Ante-projeto do Catálogo

- . Programa de trabalho da rede de Bibliotecas da Amazônia (Rebam) para 1974.

- . Ata de eleição dos membros da CCT, realizada no Idesp, em 03.04.74.

- . Atas das Reuniões da CCT
 - 1ª Reunião Ordinária, Sudam, 09.04.74.
 - 1ª Reunião Extraordinária, Sudam, 15.04.74.
 - 2ª Reunião Extraordinária, Sudam, 22.04.74.
 - 3ª Reunião extraordinária, Sudam, 29.04.74.
 - 4ª Reunião Extraordinária, Sudam, 20.05.74.
 - 2ª Reunião Ordinária, MPEG, 05.06.74.
 - 5ª Reunião Extraordinária, Basa, 17.06.74.
 - 6ª Reunião Extraordinária, UFPa, 02.07.74.
 - 7ª Reunião Extraordinária, MPEG, 09.07.74.
 - 3ª Reunião Ordinária, MPEG, 06.08.74.
 - 8ª Reunião Extraordinária, MPEG, 28.08.74.
 - 9ª Reunião Extraordinária (1ª parte), Sudam, 19.09.74.
 - 9ª Reunião Extraordinária (2ª parte), Sudam, 20.09.74.
 - 9ª Reunião Extraordinária (3ª parte), Basa, 27.09.74.
 - 4ª Reunião Ordinária, Sudam, 10.10.74.
 - 10ª Reunião Extraordinária, Basa, 20.11.74.
 - 5ª Reunião Ordinária, Idesp, 16.12.74.

Coletivo da Rebam. Belém, Rebam, 1973.

- . Normas e atribuições e competência das bibliotecas da Rebam.

1974

- . Relatório do período de 3 a 13 de dezembro de 1973; 4 de janeiro a 19 de fevereiro de 1974, apresentado por Alfredo Américo Hamar.
- . Programação da Divisão de Documentação e Publicação do Instituto do Desenvolvimento Econômico-Social do Pará, em função da Rede de Bibliotecas da Amazônia.
- . Programação da Biblioteca do MPEG em função da Rebam.
- . GALVÃO, Clara Maria & DINIZ, Léa Maria M. Regimento do Programa de Aquisição Planificada. Belém, Rebam, 1974.
- . Regimento de empréstimo entre bibliotecas participantes da Rebam.
- . Regulamento base para funcionamento da Rebam.

.141.

ESTRUTURA DA REBAM

- . Projeto Rebam - rede de Bibliotecas da Amazônia. 1975/1979
 - Projeto elaborado tendo em vista a solicitação de recursos financeiros à Subim em setembro de 1974.
- . Processo 06309/74 - Segundo Termo Aditivo ao Convênio 002/74, firmado entre Sudam/Idesp, assinado em 09.12.74.

1975

- . Atas das Reuniões da CCT
 - 11ª Reunião Extraordinária, Sudam, 30.01.75.
 - 6ª Reunião Ordinária, MPEG, 12.03.75.
 - 7ª Reunião Ordinária, MPEG, 21.05.75.
 - 12ª Reunião Extraordinária, MPEG, 11.06.75.
 - 13ª Reunião Extraordinária, Idesp, 13/03.76.
- . Proposição nº 049/75 - Terceiro Termo Aditivo ao Convênio 002/74, firmado entre Sudam/Idesp, assinado em 26.03.75.

1976

- . Relatório das atividades desenvolvidas pela Rebam no período de 1972 (out.) / 1976 (fev.).

A N E X O S

.140.

ESTRUTURA DO PROJETO SIPLAN

.142.

ESTRUTURA DO InformAM

DEMONSTRATIVO DOS GASTOS COM PESSOAL DA REBAN

CONVÊNIOS	DADA DA ASSINATURA	RECURSOS* (Cr\$ 1,00)	ORTN** (VALOR UNITÁRIO DA ÉPOCA)	ORTN (VALOR TOTAL)	RECURSOS CORRIGIDOS*** (Cr\$ 1,00)
080/73	Jul. 1973	406.940,00	75,80	5.350	339.977.627,00
002/74	Fev. 1974	795.496,00	81,47	9.764	620.475.056,08
1º T.A. ao 002/74	Ago. 1974	304.504,00	93,75	3.245	206.210.728,90
2º T.A. ao 002/74	Dez. 1974	470.200,00	105,41	4.460	283.420.601,20
3º T.A. ao 002/74	Mar. 1975	600.000,00	110,18	5.450	346.332.349,00
TOTAIS	-	2.577.140,00	-	28.269	1.796.416.361,18

Não estão computados os gastos com materiais e equipamentos.

* ORTN equivalente à data de assinatura dos Convênios.

** Valores corrigidos segundo a ORTN de novembro de 1985, Cr\$ 63.547,22 (sessenta e três mil, quinhentos e quarenta e sete cruzeiros e vinte e dois centavos).